



MULHERES

tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Número 248 ■ Ano 11 ■ NCz\$ 10,00

tempo e presença

Revista Mensal
do CEDI

Dezembro 89

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloisa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e

Jornalista Responsável
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de Arte e

Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e Secretaria Gráfica

Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação

Márcia Marisa Veloso
Rosely Ramos Cruz de Santana

Paginação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão

Rosana de Lima Soares

Capa

Anita Slade

Fotolito

Donizete

Impressão e Acabamento

Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:

NCz\$ 10,00

Assinatura anual

NCz\$ 100,00

Assinatura de apoio

NCz\$ 120,00

Tive oportunidade de conhecer e ler *Tempo e Presença* através de um amigo e me interessei pelas matérias publicadas e pelo conteúdo extremamente revolucionário e verídico dos fatos. Acho importante a criação de jornais e revistas que mostrem realmente a triste realidade e os problemas que hoje o Brasil e toda a América Latina sofrem.

Temos que lutar para que possamos viver num mundo sem violência, guerras, disputas ou conflitos entre as pessoas para defender os ideais de falsos líderes, num mundo sem desigualdades e com mais justiça e liberdade.

Marcelo Buzetto

São Bernardo do Campo, SP

Já tinha ouvido falar de *Tempo e Presença*, mas nunca tive oportunidade de acesso à revista. Através de uma amiga assinante, chegou às minhas mãos o número de novembro sobre sindicalismo. Gostei. Achei a leitura objetiva, clara e fácil. Achei interessante a forma como está distribuído e tratado o tema. Despertou em mim vontade de ler. Li e gostei.

Renato Wagner de O. Nascimento
São Paulo, SP

Em Campo Mourão, a revista tem sido muito divulgada, alguns textos reproduzidos, analisados, utilizados como tema para reflexões, trabalhos, estudos etc. Muitas "águas" estão sendo despertadas graças ao trabalho de vocês de *Tempo e Presença*. Continuem nesta linha profunda de reflexão, crítica, análise.

**Equipe de Serviço
de Educação Religiosa**
Campo Mourão, PR

Tempo e Presença está comprometida com a vida num Brasil com tantos sinais de morte.

José Carvalhido Gaspar
Ipatinga, MG

Gosto da maneira como *Tempo e Presença* fala de Deus e da Bíblia. No número de novembro, sobre sindicalismo, sensibilizou-me o artigo de Milton Schwantes: "O direito do órfão". Se alguns usam a Bíblia e o nome de Deus

demagogicamente, só podemos dizer: "Pai, perdoai-os por que não sabem o que fazem". O que não podemos — e isso é diferente — é ficar atrás das sacristias batendo no peito enquanto nossos irmãos sofrem toda sorte de injustiça.

Zulmira Nery Praxedes

São Paulo, SP

Continuem com esta garra. Parabéns pelo excelente nível de suas matérias. Um grande abraço.

Maria da Consolação

Martins Carneiro

Coronel Fabriciano, MG

Quero externar, através desta, a alegria com que tenho recebido a revista *Tempo e Presença*, onde tenho encontrado artigos que têm me levado à profunda reflexão sobre assuntos de grande relevância à missão da igreja evangélica no Brasil e na América Latina. Parabéns e continue assim.

Jairton Barros de Melo

São Bernardo do Campo, SP

Entrei em contato com a revista *Tempo e Presença* agora em dezembro, através de sua edição especial. As informações contidas nela me interessaram muito. Principalmente porque a edição aborda, do começo ao fim, os problemas cruciais da Amazônia pela ótica de quem realmente conhece a região.

Fica claro, então, que a publicação do CEDI tem de fato um compromisso com a verdade dos fatos nela abordados. Que o trabalho de vocês continue assim, de alto nível.

Rosa Cardoso

Belém, PA

Mais do que nunca nossa caminhada em defesa dos direitos humanos, pela paz e justiça social deve ser realizada conjuntamente por todos os que lutam pela transformação de nossa sociedade.

Um feliz Natal. Esperamos continuar unidos também em 1990.

Inge Schilling

Clamor

São Paulo, SP

PUBLICAÇÕES DO CEDI

EDUCAÇÃO POPULAR

Caderno 15 — O caminho da escola.....	NCz\$ 22,00
Caderno 19 — Participação popular e escola pública.....	NCz\$ 53,00
Doc. 1 — Alfabetização de adultos (Regina Hara).....	NCz\$ 13,00
Doc. 2 — Educação de jovens e adultos trabalhadores.....	NCz\$ 16,00
Doc. 4 — Escolas comunitárias.....	NCz\$ 19,00

POVOS INDÍGENAS

Povos Indígenas no Brasil 83.....	NCz\$ 49,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	NCz\$ 70,00
Povos Indígenas no Brasil 85/86.....	NCz\$ 164,00
Vol. 3 — Amapá/Norte do Pará.....	NCz\$ 98,00
Vol. 5 — Javari.....	NCz\$ 66,00
Vol. 8 — Tocantins.....	NCz\$ 95,00
Terras indígenas no Brasil.....	NCz\$ 37,00
Empresas de mineração e terras indígenas.....	NCz\$ 98,00
Roraima: o aviso da morte.....	NCz\$ 26,00

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para Ag. Correio 403911, Santa Cecília, SP

Mulheres

- 4 FACES DA MESMA MOEDA
Mahlu Heilborn
- 6 MOVIMENTOS FEMINISTAS,
MOVIMENTOS DE MULHERES
Moema Viezzer
- 8 UMA NOVA IDENTIDADE
Elisabeth Souza Lobo
- 10 PODER DIVIDIDO,
PODER MULTIPLICADO
Maria Valéria Vasconcelos Rezende
- 12 DIREITO NA CONTRAMÃO
Alda Facio
- 14 RELAÇÃO DIFÍCIL MAS
PROMISSORA
Maria Berenice Godinho Delgado
- 16 SEXUALIDADE: EM BUSCA DE
UMA NOVA ÉTICA
Lucia Ribeiro
- 19 CORPO, NOVO PONTO DE
PARTIDA DA TEOLOGIA
Ivone Gebara
- 22 MULHER PASTORA,
E POR QUE NÃO?
Rosângela Soares de Oliveira

Jaci Maraschin

- 24 A TEOLOGIA DA MÃE DE JESUS

Ecumenismo

- 26 HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS
- 27 MUDANÇAS SÓCIO-RELIGIOSAS
NO BRASIL
- 29 INDIANÁPOLIS: DOIS MUNDOS,
UMA MISSÃO

América Latina

- 30 EL SALVADOR: CORRENTE
DE ESPERANÇA

Bíblia hoje

- 32 NA RESISTÊNCIA DAS PARTEIRAS
Nancy Cardoso Pereira

Livros

- 35 PISTAS PARA SUPERAR
RELAÇÕES DESIGUAIS

EM BUSCA DE IGUALDADE

Desde a greve de costureiras em Jundiá — uma das primeiras manifestações políticas de mulheres de que se tem notícia no Brasil deste século — até a conquista de direitos fundamentais na Constituição, a mulher brasileira avançou em todas as direções na sociedade. Mas há muito que caminhar até conseguir a condição justa de igualdade de direitos. Elas sabem disso. E por isso estão mais organizadas que nunca. Basta verificar o número de associações, clubes de mães, movimentos de mulheres e movimentos feministas que surgiram nas duas últimas décadas.

Nesse processo de organização, percebeu-se que não dá mais para falar da luta da mulher brasileira isoladamente. Porque ela é também latino-americana e terceiro-mundista. A batalha ultrapassa fronteiras. E vai a El Salvador, para formar mais um elo na Corrente de Esperança Maria Cristina Gomes, em homenagem à professora batista brutalmente assassinada pelo esquadrão da morte em junho. E chega à Argentina, no 1º Encontro de Pastorais da América Latina, promovido pelo Clai em setembro.

Há também profundas mudanças no campo da pastoral com referência à participação das mulheres. Agora, elas estão nos púlpitos. O ministério ordenado das mulheres — idéia improvável até poucos anos atrás — é um dos sinais da dinâmica do Espírito Santo no meio do povo de Deus. Já há, no Brasil, cerca de oitenta pastoras. Levando em conta a ainda grande maioria de pastores, cabe a pergunta: por que tão poucas? Porque as igrejas ainda não avançaram mais nesse campo?

Trata-se de uma situação discriminatória. As mulheres — como os pobres e as crianças — sempre tiveram lugar especial no movimento de Jesus. Foram elas que anunciaram a encarnação

de Deus no menino de Belém. E mesmo quando Jesus está no túmulo, foram elas que chegaram cedo para cobrir de perfumes o corpo de quem amavam. Durante séculos foram criados e mantidos métodos e procedimentos que fizeram da Bíblia imagem de domínio masculino. Até agora as igrejas não aprofundaram uma série de temas relacionados às mulheres. Um deles é a sexualidade, tema-tabu também em outros segmentos sociais.

A participação política da mulher tem aumentado. No Brasil, isso pode ser verificado nos cargos executivos e legislativos que ocupam atualmente. É curioso notar, entretanto, que recentes pesquisas apontam uma queda do número de mulheres nos parlamentos no resto do mundo. Na área sindical, outro espaço político significativo, a presença feminina é cada vez mais forte, embora a relação entre sindicalismo e feminismo não tenha sido das mais fáceis. Foi o feminismo que, mais ágil que o sindicalismo, desnudou a realidade da mulher trabalhadora. Hoje ambos caminham de mãos dadas, ainda que os sindicatos, mesmo os mais avançados, estejam distantes de se consolidarem como defensores ardorosos da luta contra a opressão da mulher.

Participando em numerosas correntes, as mulheres têm um princípio comum para sua luta: o de que não lhes interessa brigar contra os homens ou dominá-los tal qual foram dominadas durante milênios. O que propõem é uma sociedade justa e fraterna em que as diferenças biológicas não sejam barreiras para a igualdade dos direitos.

Este número de Tempo e Presença pretende alimentar mais o debate e o avanço dos movimentos de mulheres, no ano em que a Campanha da Fraternidade leva a discussão deste tema a milhares de comunidades em todo o Brasil.

FACES DA MESMA MOEDA



João Roberto Ripper

Da “marcha da família” ao “lobby do baton”, a mulher brasileira já provou a importância de sua participação nas grandes decisões do país

Mahlu Heilborn

É importante situar em que momento se começa a falar em movimento de mulheres ou de mulheres em movimento, para usar a auto-referência da faceta feminista desse fenômeno. De difícil delimitação, vale no entanto o esforço na medida em que as duas formulações são antes duas faces da mesma moeda. Ainda que cada uma com sua imagem específica, têm em comum o fato de que é o sexo quem toma a cena política. Uma primeira novidade está justamente aí, serem mulheres fazendo política, já que tradicionalmente o feminino se aloja distante dessa arena.

Mas esse fenômeno ganha novas tintas e contornos a partir do final da década de 60, quando, em termos internacionais, se retoma uma problemática já esboçada nas primeiras décadas do século 20 em torno, primeiro, das garantias ao trabalho feminino e, depois, em relação ao direito de voto. Surge então um conjunto de idéias que articu-

la os temas anteriores a uma análise da discriminação da mulher na sociedade. Esse novo discurso, ainda que extremamente variado e cheio de matizes, possui um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homem e mulher. Ao negar o social como razão direta da natureza, as feministas recusam-se a constituir o “segundo sexo”, o “sexo frágil”. Afirmam-se como sexo sim, mas em sua singularidade irredutível.

Assim, na perspectiva feminista, a hierarquia sexual que secundariza a posição da mulher na sociedade não reconhece fronteiras de países nem de classes sociais. A identidade de gêneros é, portanto, fundamental, porque é articuladora de interesses específicos e, desse modo, ela é motor para ação política.

Dado seu caráter original e reivindicante de uma universalidade, o impacto dessa ideologia é grande e ela se dissemina rapidamente pelo mundo. De tal sorte que já em 1975 a Organização das

Nações Unidas (ONU) declara o Ano Internacional da Mulher, reconhecendo o alcance das denúncias de discriminação contra a mulher. Nos chamados países de capitalismo avançado, berço do feminismo, o movimento recusa-se a endossar a iniciativa da ONU. Entretanto, tal coisa não acontece no dito Terceiro Mundo. No Brasil, em particular, a chancela oficial possibilitou a organização, no Rio de Janeiro, de um seminário sobre o tema que veio a ser o marco inaugural do feminismo aqui.

Anos 60 — Antes de avançarmos na distinção entre movimento de mulheres e movimento feminista vale mencionar que o Brasil conheceu uma série de movimentos que envolvem mulheres já na década de 60. O mais conhecido é aquele que passou à história como Marcha da Família com Deus e pela Propriedade, liderada pelo Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), que lutava então contra as chamadas reformas de base propugnadas pelo governo Jango. O golpe de 31 de março introduz uma nova ordem jurídica no país que liquida com os direitos civis e ampara toda política de perseguição aos opositores do regime.

Nesse contexto, e a exemplo do que se presenciaria mais tarde com a dita-

dura na Argentina, um grupo de mulheres passa a pedir contas do paradeiro de seus parentes. É o Movimento Feminino pela Anistia. Note-se que é a partir da identidade de mães, apoiando-se portanto em uma determinada imagem do feminino, que as mulheres de classe média vão poder ousar desafiar o poder militar. É através do apelo aos valores associados à maternidade, tão sacralizados na cultura brasileira e latina, por extensão, que tais mulheres armam sua luta política.

A década de 70, por sua vez, traz à cena dois expressivos movimentos sociais com liderança feminina: o movimento contra a carestia e o movimento de luta pelas creches. O primeiro ocupou um espaço político antes particular aos sindicatos, que estavam então amordaçados pela intervenção federal. Ele é responsável pela denúncia do propalado "milagre brasileiro", que promoveu uma acentuada concentração de renda via arrocho salarial. Este movimento está na base da reorganização sindical e greves operárias dos anos 1978 e 1979, o que coincide com uma expressiva sindicalização de mulheres, apontando para uma maior consciência profissional e também feminista. O movimento de luta pelas creches torna visível o outro lado dessa questão: o aumento do trabalho extradoméstico mal remunerado da mulher, a desigual repartição das responsabilidades peculiares à família que sobrecarrega as mulheres não apenas na classe trabalhadora mas em todos os segmentos sociais.

Classe média — Nesse mesmo período proliferam no país grupos variados de tendência feminista. Esses núcleos, basicamente de mulheres de classe média, levantam temas até então ausentes dos debates políticos no Brasil. Eles falam sobre dupla jornada de trabalho, saúde, sexualidade, violência sexual e, sobretudo, conjugal. É errôneo pensar que tal elenco de problemas seja particular aos segmentos mais favorecidos da população feminina. A experiência brasileira em torno do combate à violência contra a mulher, que percorreu um caminho extremamente original desde os centros de atendimento feminista voluntários até as atuais e até certo ponto bem sucedidas delegacias especializadas, demonstra a pertinência dessa luta.

Vale salientar a riqueza da cena política quando as mulheres, enquanto grupo, se fazem presentes. Em primeiro lugar porque indica-se com isso, necessariamente, uma ampliação do espaço da cidadania. E mais: de uma cida-

dania que comporta a expressão de interesses nem sempre convergentes com os masculinos. Em segundo, porque, como a história tem demonstrado, as mulheres alargaram a própria esfera de participação e têm encabeçado uma série de movimentos sociais urbanos. Estes caracterizam-se pela demanda por bens de consumo coletivo, que no contexto urbano são alvo de acirrada concorrência, tais como abastecimento de água, transporte, serviços de saúde e saneamento, e que em verdade não são reivindicações especificamente femininas. Em terceiro, ocorre a produção de um discurso singular que de algum modo unifica essa participação feminina: a reivindicação pela igualdade de direitos. Exemplo disso foi a pressão para o reconhecimento, por parte do

Estado, da existência de discriminação sexual no Brasil, conseguido com a criação de um órgão institucional — o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — cuja função é justamente mapear os focos dessa segregação e propor políticas públicas que alterem esse estado de coisas. Mais recentemente há a campanha pela inclusão dos direitos femininos de modo mais vigoroso no novo texto constitucional brasileiro. A articulação eficiente e vitoriosa desses interesses mereceu no Congresso a expressão "lobby do baton".

Mahlu Heilborn é antropóloga e coordenadora da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

MULHER TEM DIA CONTRA VIOLÊNCIA

Como todo discriminação, a mulher também tem um dia especial para protestar contra a violência: 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, instituído em julho de 1981, em homenagem às irmãs Patria, Minerva e Maria Tereza Mirabel, assassinadas pela ditadura costarriquenha.

No dia-a-dia a violência contra mulheres continua sendo a prova mais covarde do machismo da sociedade. Os números — nunca precisos, porque a maioria

dos casos é abafada — dão uma nova noção da gravidade do problema. Segundo dados do livro *Mulheres espancadas: a violência denunciada*, de Maria Amélia Azevedo, foram registrados em boletins de ocorrência 2.316 casos de espancamento em São Paulo, só em 1981.

Também em São Paulo, em apenas nove meses, de janeiro a setembro de 1987, houve 1.751 assassinatos de mulheres. Os maiores números estão nas zonas Leste e Sul. Apenas seiscentos desses casos foram esclareci-

dos, de acordo com a publicação do jornal *Metro News*.

Mas a violência física não é o único meio de mostrar as relações desiguais. Toda discriminação é considerada violência: a educação diferenciada, menos oportunidade de emprego, discriminação salarial, não-reconhecimento da inteligência feminina etc. Sem falar das famosas "passadas de mão", assobios e chacotas. "Nosso papel é estar denunciando permanentemente", diz Ezir Mirian Pedrosa de Paiva, da Rede Mulher.



João Roberto Ripper

MOVIMENTOS FEMINISTAS, MOVIMENTOS DE MULHERES

É preciso mudar o modo de agir e interagir para que homem e mulher vivam a diferença biológica na igualdade de direitos rumo à reciprocidade

Moema Viezzer

Cunhary — esta palavra tupi-guarani que significa “o rio das mulheres” me parece ser a melhor expressão para sintetizar o que está acontecendo no Brasil e no continente latino-americano em geral quando se fala em *mulheres em movimento, movimento de mulheres, movimento feminista*.

Não há dúvida de que se trata de um caudal que só tende a aprofundar-se e avolumar-se em direção à modificação da sociedade como um todo, sem discriminação de nenhuma espécie e, no caso específico da luta das mulheres, sem subordinação do gênero feminino ao gênero masculino. Ninguém pode explicar porque, sendo metade da população e mães de outra metade, as mulheres — pelo simples fato de nascerem mulheres — têm um *status* subordinado ao homem. A divisão sexual do trabalho, a atribuição de papéis sociais a homens e mulheres, que conhecemos, tudo é fruto de uma construção social e não de leis da natureza.

“Do jeito que está não dá”, dizem as mulheres. E a cada dia surgem novos grupos autônomos, coletivos e fóruns feministas, redes feministas de articulação local, nacional e internacional sobre temas diversos. Da mesma forma multiplicam-se os núcleos, comitês, secretarias, departamentos femininos, comissão de mulheres em entidades mistas como são os partidos, os sindicatos, as associações e os mais variados movimentos sociais: creche, moradia, terra, saúde, educação, nos quais se envolvem mulheres provenientes de diversos grupos ou das comunidades eclesiais de base.

Hoje em dia, fica cada vez mais difícil definir, na prática, o que diferencia o movimento de mulheres do movimento feminista. Num dos congressos latino-americanos, alguém comentou: “Não vamos utilizar um ‘feministómetro’ para etiquetar quem é ou não é do movimento feminista”.

Isto significa que durante estes últimos anos as mulheres foram evoluindo a partir de distintas experiências e propostas. Discussões inacabáveis de alguns anos atrás sobre “luta geral ou luta específica”, o problema de trabalhar as questões vividas e trazidas pelas mulheres como problemas que “dividem a classe trabalhadora” parecem ceder à evidência de que a subordinação da mulher ao homem é uma das formas mais importantes de manter a sociedade injusta e autoritária na qual vivemos.

Mobilização — É um fato que a maioria das mulheres do continente começou a se organizar a partir de estratégias de sobrevivência e de questões ligadas diretamente à reprodução, uma vez que o mundo da produção, pela divisão sexual do trabalho, é o mundo dos homens.

Teresita Barbieri e Orlandina de Oliveira assinalam, em um de seus estudos, além dos grupos feministas, nove diferentes tipos de mobilizações de mulheres no continente: “mobilizações articuladas no âmbito do trabalho; mobilizações de mulheres em torno de demandas de consumo coletivo; participação institucionalizada das mulheres em partidos políticos; participação em lutas armadas; mobilização de mulheres em defesa dos direitos humanos; mobilização de mulheres em movimentos de refugiados; grupos de mulheres jovens; grupos de mulheres de terceira idade; grupo de mulheres articuladas em torno da questão gênero-etnia” (*La presencia de las mujeres en América Latina en una década de crisis*, 1987).

A grande maioria das mulheres que hoje participam nos movimentos sociais e estão se projetando no movimento de mulheres não se organizou de forma autônoma; elas foram organizadas por outros: partido, Estado, entidades filantrópicas, igrejas, articuladamente através das comunidades eclesiais de base. O fato de sair de casa para participar nos movimentos foi um salto qualitativo importante. Mas esta mudança tem duas faces: ao mes-



João Roberto Ripper

mo tempo que permitiu às mulheres encontrarem um novo espaço, também aguçou as contradições de gênero que antes enfrentavam em casa, uma vez que tiveram que adaptar-se à ideologia patriarcal no novo espaço conquistado.

A tendência, hoje em dia, é a de criar espaços autônomos, com consciência de gênero e propostas claras, tanto em entidades feministas como em grupos, que se articulam a partir da participação das mulheres em espaços mistos. Neste sentido, qualquer questão social que mobilize as mulheres contém, implícitas, pelo menos duas questões de gênero: como as mulheres são afetadas por este problema social? Como as mulheres poderão beneficiar-se, através das soluções propostas para esta questão?

Muitos grupos feministas ainda são reticentes em trabalhar com grupos de mulheres da classe popular que foram organizados por instituições patriarcais. O certo é que, no Brasil, estes foram os espaços em que centenas de milhares de mulheres da classe popular foram se organizando e articulando. Em princípio, sem ter consciência de gênero, depois como força de pressão para mudar as relações de poder, especialmente o que mantém a mulher subordinada ao homem. Mais e mais as mulheres estão trazendo formas novas de fazer política com temas velhos e, através disso, minando o esquema patriarcal das instituições que se dizem progressistas mas mantêm os esquemas tradicionais na organização popular.

O movimento feminista — Na opinião de algumas militantes e teóricas fe-

ministadas, como Virgina Vargas, “o movimento feminista é uma vertente dentro do movimento de mulheres”. “Se bem priorizamos a perspectiva de gênero, somos um grupo de pressão e consciência crítica, mas não somos as únicas nem nosso espaço é o único lugar privilegiado para a organização e luta pelas reivindicações de relações de gênero não desiguais” (*Jornadas feministas*, México, 1986). A autora continua: “Todas as expressões de rebeldia podem transformar-se numa expressão feminista. As vertentes do movimento de mulheres não são excludentes, a dinâmica de umas pode fazer avançar as outras. Evidentemente, o tema da articulação estratégica destas vertentes continua sendo a urgência a abordar e a base de sua consolidação”.

O momento atual do feminismo latino-americano parece ser o da saída da “vocação da marginalidade” para uma vontade política de uma correlação de forças positivas que leve à aceitação das reivindicações das relações sociais de gênero no conjunto da sociedade. O projeto político da classe popular só pode ser um projeto político que inclua a visão do feminismo, uma proposta que vem das mulheres mas que tende a tornar-se uma proposta para a humanidade, na expressão de Charlotte Bunch.

Isto leva a ampliar a concepção do que é ser feminista, reconhecendo que o importante não é somente conseguir ativistas para o movimento mas também impulsionar, nas diferentes práticas das mulheres, elementos que questionam sua situação de opressão e o meio específico no qual se desenvolve.



Douglas Mansur

Instrumento — A expressão “o feminismo enquanto instrumento teórico e prática política” de Judith Astellarra tem trazido à tona elementos que grandes pensadores como Marx e Engels não chegaram a abordar. As teóricas do movimento feminista tem-se dedicado, em particular, a desvendar a relação entre a produção e a reprodução, entendida esta no sentido biológico, no sentido da reprodução da força de trabalho e no sentido social. É evidente que a grande maioria dos homens situa-se na esfera da reprodução, a qual, por sua vez está subordinada à produção. Esta maneira de analisar os problemas que nos afetam trouxe à tona grandes questões ligadas à subordinação da mulher ao homem como questões vitais para as mudanças estruturais que vão desde o cotidiano até os espaços de poder oficialmente reconhecidos: a política, as leis, a religião, o militarismo.

A teoria das relações sociais de gênero que perpassa as várias formas de subordinação da mulher ao homem no sentido patriarcal, no feudalismo, no capitalismo e na atual divisão internacional do trabalho está modificando inclusive a prática dos grupos feministas no sentido de não continuarmos a falar das mulheres para as mulheres, mas encontrar meios mais eficazes de questionar o poder estabelecido.

Não nos interessa partilhar o poder tal como está ou dominar os homens tal como fomos dominadas durante milênios. O que nos interessa é a modificação da maneira de agir e interagir de modo que homens e mulheres possam viver a diferença biológica na igualdade de direitos humanos e sociais em direção à reciprocidade.

Moema Viezzer, mestre em Ciências Sociais, é fundadora e coordenadora da Rede Mulher.

A tendência hoje é de as mulheres criarem espaços autônomos com consciência de gênero e propostas claras

HISTÓRIA OFICIAL OMITE A MULHER

A história oficial do Brasil, contada por homens, quase sempre ignorou a participação da mulher, principalmente da humilde. No final do século passado, surgiram as primeiras manifestações de mulheres abolicionistas. Neste século, a caminhada foi maior. A seguir, alguns dos principais acontecimentos:

1906 — Costureiras iniciam greve em Jundiaí, São Paulo.

1910 — Ernestina Lésina publica o jornal *Anima Vita*, que conchama a participar na luta pela regulamentação do trabalho feminino.

1919 — Delegação composta por Berta Lutz e Olga de Paiva Meira representa o Brasil no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho.

1927 — Mulheres do Rio Grande do Norte conquistam o direito de votar e serem votadas — direito que só viria a ser assegurado depois da revolução de 30.

1934 — Pela primeira vez uma mulher ocupa um cargo político: Carlota Pereira de Queiroz é eleita delegada de São Paulo na Constituinte.

1947 — Comemora-se no Brasil pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher.

1963 — Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras, em São Paulo.

1973 — Início em São Paulo do Movimento do Custo de Vida.

1975 a 1985 — Década da Mulher

1978 — São eleitas 22 deputadas

1985 a 1988 — Mulheres lutam por seus direitos na Constituinte

UMA NOVA IDENTIDADE



A nova identidade da mulher surge de experiências em que ela se descobre como cidadã e pessoa, e não mais como objeto sexual e doméstico

Elisabeth Souza Lobo

A emergência das mulheres no espaço público é sempre um tema fascinante quando se trata de entender as muitas mudanças nas formas de sociabilidade, nas práticas e mentalidades ocorridas nestes vinte últimos anos da história brasileira.

Contrariamente às teses que insistiam na descrição de uma sociedade conservadora, dominada pelo machismo, as imagens das mulheres nos movimentos, na administração pública, no parlamento já se tornam familiares.

Mudaram as mulheres ou mudou a sociedade? Ambas mudaram. Mas nem sempre se percebeu a profundidade destas transformações.

De um lado, alguns índices são evidentes: a população economicamente ativa feminina triplicou entre 1970 e 1985. Mas este é um indicador ambíguo, e muitas vezes a análise que se fez a partir dele foi de que, forçadas pela queda dos salários reais, as mulheres foram obrigadas a trabalhar fora para aumentar a renda familiar.

Outros indicadores de mudanças apareceram e em particular a presença visível das mulheres nos movimentos populares. Frequentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes. Outras explicações relacionaram a presença das mulheres com a natureza das



reivindicações dos movimentos populares, voltadas em especial para a reprodução social: creches, saúde, transporte, tudo passou a ser "luta das mulheres".

Estas hipóteses traziam embutidas uma análise que privilegiava as explicações econômicas: as mulheres trabalhavam e lutavam unicamente movidas pela necessidade material, enquanto agentes consumidoras, na linguagem de uma certa ciência social.

Mas significativamente, em nível da história das mentalidades, daquilo que se pensou, discutiu e viveu nestes últimos anos, também aparecem novos temas. Entre eles o da submissão e da discriminação das mulheres. Estes temas estiveram presentes também nos discursos das mulheres que reivindicavam melhores condições de vida.

Se, de um lado, as novas práticas econômicas, o trabalho fora, o trabalho informal, podem ser analisados como fazendo parte do papel tradicional das mulheres, de outro lado a experiência

cotidiana da ditadura, da repressão, suscitou também formas tradicionais de resistência das mulheres. As mulheres, esposas e mães, lutaram pela democracia, pela anistia, a partir de seus papéis de mães e esposas.

Mas no contexto destas novas práticas em que a organização da vida privada, as melhores condições de vida para a família, dependiam da ação nos espaços públicos, e de lutas organizadas, a emergência das mulheres como personagens públicas era ao mesmo tempo acompanhada da descoberta de cada uma como mulher, como corpo sexuado, como pessoa, tanto quanto cidadã.

Como surgiram e de onde vieram estas novas problemáticas?

Foram idéias contraditórias, vindas de matrizes discursivas heterogêneas. De um lado, estava a proposta da Igreja progressista propondo integrar a mulher no mundo através das lutas sociais e da participação na comunidade, propondo a igualdade na família e o respeito em lugar da submissão. De outro, através das várias correntes de pensamento que se reclamaram do feminismo, os temas das mulheres como pessoas iguais e, no entanto, diferentes no seu corpo, na maternidade, mas subordinadas na relação com a sociedade e na relação com os homens.

À primeira vista parece contraditório ver objetivos e resultados comuns nas práticas feministas e na Igreja progressista. Mas os textos e os depoimentos das mulheres que participaram dos anos dourados de emergência da questão das mulheres na sociedade brasileira (final da década de 70 e primeiros anos de 80) mostram esta curiosa coincidência das preocupações, que se confrontaram nos congressos de mulheres, nos muitos encontros de trabalhadoras industriais, de camponesas, nos grupos e encontros feministas, nas lutas e campanhas contra a violência, pelo acesso à saúde, e mais tarde também nos conselhos de mulheres regionais e nacional.

Não são discursos iguais, mas o importante é que ambos valorizam as mulheres como pessoas, com direitos e deveres, mas sobretudo interpelam tudo aquilo que parecia para sempre definido: a submissão das mulheres em casa, no trabalho e na vida pública. Neste aspecto coincidem.

As idéias que perpassam os movimentos, as mulheres nos movimentos ou mesmo aquelas que ainda isoladas tem apenas os meios de comunicação para se relacionarem com o mundo interpelam aquilo que parecia para sempre definido: o papel doméstico das mulheres, a servidão voluntária a que se submetiam frequentemente na famí-

Douglas Mansur

João Roberto Ripper

lia e no trabalho, os modelos masculinos na vida pública opostos aos modelos femininos de objeto sexual.

É difícil tentar compreender este processo evitando as explicações mecanicistas. Não foi só porque saíram para trabalhar fora, para estudar que as mulheres descobriram seu corpo, sua sexualidade, as relações de poder a que se submetiam mesmo no espaço pessoal das relações amorosas. Mas tudo isto aconteceu porque ao mesmo tempo foram interpeladas por estes novos discursos, opostos e contraditórios.

Por um lado, os discursos feministas foram importantes para chamar a atenção para a discriminação social tanto quanto para a subordinação pessoal das mulheres, na sua sexualidade e nas relações familiares. Por outro lado, o discurso da Igreja progressista foi fundamental para que as mulheres se descobrissem enquanto pessoas, e pessoas sexuadas, que por isso estavam implicadas em relações de obediência, de submissão, muitas vezes de negação de sua individualidade.

Os dois discursos interpelaram as mulheres individualmente, enquanto pessoas sexuadas que por isso mesmo vivem experiências que são próprias às mulheres mas que são definidas na relação entre feminino e masculino. Se as pessoas são sexuadas e isto implica que vivem diferentemente suas vidas, são vistas diferentemente pela sociedade e pelos outros. Se as pessoas não são neutras, se são diferentes, são também iguais em seus direitos humanos... A novidade nestas trajetórias das mulheres nos anos 70 e 80 está não só no fato de saírem às ruas descobrindo seus direitos sociais, mas no fato de que tenham redescoberto seus corpos, suas experiências, seus direitos.

Por mais execrada que seja, por mais equivocada que possa ser, a fala feminista põe em questão a naturalidade da relação entre homens e mulheres. Faz com que muitas percebam que divisão sexual do trabalho, dupla jornada, desigualdade não são imutáveis. Como Cícera, camponesa do Araguaia, que descobriu que trabalhar na terra e trabalhar em casa enquanto o marido descansava não era uma coisa natural, "que podia ser de outro jeito".

A descoberta dos direitos passa a ser um motivo para mobilizar as mulheres para a vida pública, onde elas começam a exercer uma vontade política e intervir nos seus destinos. Da mesma forma, a descoberta do corpo dá às mulheres a possibilidade de controlá-lo.

Mas se as novas práticas sociais das mulheres se tornam visíveis nos movimentos, as novas práticas individuais

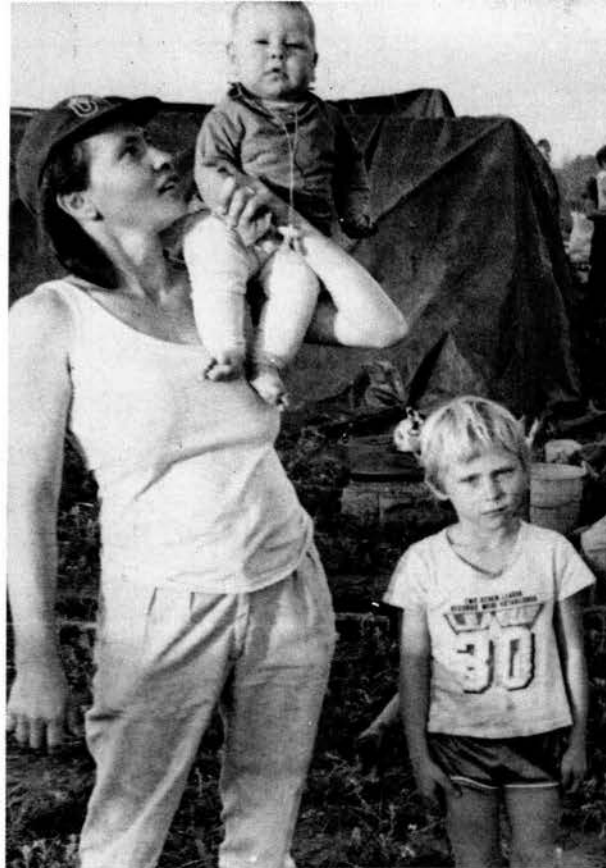
permanecem mais difíceis de perceber. A queda nas taxas de fertilidade, as percentagens na utilização dos anticoncepcionais, o número sempre crescente de mulheres chefes de família indicam que também na vida privada as mulheres estão mudando e a defasagem entre suas práticas e os recursos disponíveis para ajudarem nestas mudanças têm efeitos perversos, dos quais os altos índices de esterilização das mulheres ou a situação de empobrecimento das chefes de família são apenas um dos indicadores. Mesmo se na falta de opções as mulheres recorrem a práticas perversas ao mudarem suas práticas reprodutivas, o certo é que estão tentando ser donas de seu destino e tudo indica que nesta movimentação compreenderam também que, para escaparem a seus papéis tradicionais, precisam que também a sociedade mude.

Há indicações interessantes de mudança de comportamento político das mulheres em que ficam bem claras as relações entre escolaridade, profissionalização, de um lado, e interesse pela política e participação, de outro.

Mas não só as que estudam ou trabalham fora são confrontadas com novas experiências. Também são espaços públicos os clubes de mães, as associações, as comunidades de base onde as mulheres transitam para a vida pública, se informam e se transformam.

A nova identidade das mulheres surge de experiências em que se descobrem como cidadãs e pessoas, elas que eram objeto sexual e doméstico. Há muitos momentos desta descoberta. O momento da solidariedade e o momento da competição dolorida que divide as mulheres. Há também o momento em que as relações homens e mulheres aparecem claramente como relações de poder e onde as práticas, a fala das mulheres, parecem estar sempre fora do lugar, inadequadas, incompetentes. Saídas do espaço doméstico onde não há competição, é muitas vezes difícil viver os confrontos dos espaços públicos frente a um modelo que não corresponde à experiência das mulheres. E não resolve tentar ser diferente porque a diferença, às vezes, aceita de forma paternal, termina sendo motivo de marginalização. As mulheres militantes fazem diagnósticos amargos sobre a hierarquia nas qualificações masculinas e femininas para a militância: entre o trabalho das "formiguinhas" e o efeito de um belo discurso, que elas muitas vezes não sabem fazer.

Mesmo assim, como no trabalho, as mulheres entraram na vida pública com disposição de quem veio para ficar. Não estão somente lutando por



A descoberta dos direitos é motivo para mobilizar as mulheres para a vida pública

reivindicações, mas adquiriram esta consciência mais profunda de que existem, de que sua vontade e seus desejos também têm espaço no mundo dentro e fora de suas casas.

Os caminhos de construção desta nova identidade podem ser dolorosos, mas as práticas surpreendentes das mulheres indicam que, quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas "opções", as mulheres já não são mais as mesmas. Se foram trabalhar por necessidade, se viraram chefes de família porque foram abandonadas, se são donas de casa porque não conseguem se profissionalizar, o importante é que muitas também se descobriram como pessoas, como sujeito de suas vidas e, por isso mesmo, estão dispostas a deixar o conforto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora e para inventar novos sonhos.

Elisabeth Souza Lobo é professora no Departamento de Sociologia da USP e no Departamento de História da Unicamp.

PODER DIVIDIDO, PODER MULTIPLICADO

Mulheres de classes populares participam cada vez mais de movimentos sociais. Mas este processo conduzirá mesmo à partilha de poder com os homens?

Maria Valéria V. Rezende

É comum que se considere a carga de trabalho doméstico, a obrigação para a mulher de ocupar-se quase sozinha de tudo o que diz respeito à reprodução da vida da família sob o aspecto da opressão, da sujeição que ela significa, sobretudo pelo caráter compulsório que tem para a imensa maioria das mulheres.

Sem negar esse aspecto da questão, quero deter-me sobre a experiência cotidiana das mulheres pobres, que são as que aqui me interessam, sob outro ângulo: sob o ângulo da experiência enquanto possibilidade de aprendiza-

gem, capacitação, informação, para buscar compreender melhor se e como isso influi nos modos de sua participação política. Motiva-me a observação de certos fatos relativos à participação das mulheres nos processos de organização popular.

Para a mulher pobre, garantir a vida cotidiana da família implica sempre numa multiplicidade de tarefas que devem ser realizadas sem o auxílio de equipamentos modernos poupadores de trabalho doméstico e com extrema economia de recursos, quase sempre em espaços e, para as que "trabalham fora", em tempos exíguos. Tarefas que se repetem sempre e não podem ser deixadas para amanhã sob pena de comprometer seriamente a saúde e o bem estar da família ou até sua sobrevivência. Se isso acarreta para a mulher pobre sofrimento e desgaste, também exige, e por isso mesmo cria nessa mulher uma grande versatilidade, uma série de habilidades, uma aten-

ção constante ao detalhe e ao movimento, e a capacidade de articulá-los numa visão de conjunto, paciência, tenacidade, criatividade, capacidade de improvisação e de organizar racionalmente o tempo e o espaço, de planejar o emprego mais econômico de escassos recursos, adaptar exigências e tarefas às diferentes possibilidades dos membros da família, enfim, a capacidade de construir e manter um delicado equilíbrio entre necessidades muitas e variadas e recursos pequenos e inseguros. Como diz dona Antonia, "mulher pobre tem que ser de circo"...

Outro aspecto desse cotidiano das mulheres pobres é que elas devem ser capazes de enfrentar uma importante variedade de interlocutores diferentes, pessoas ou instituições, para obter bens e serviços indispensáveis para suprir as necessidades de sua família. Vai da feira à escola, dali ao posto de saúde, à igreja, à casa do político, da comadre, da vizinha... Nessa ciranda, aprende a negociar, reivindicar, convencer, revelar e esconder, interceder, pesquisar informações, avaliá-las, repassá-las, queixar-se ou bajular, enfim, relacionar-se pessoalmente com diversos interlocutores, avaliá-los e adaptar seu discurso e sua demanda a cada um deles. Aprende a estabelecer relações adequadas, em cada caso, a garantir a obtenção de seus objetivos. Ou seja, as mulheres das classes populares tornam-se especialistas em "micropolítica".

Parece que essas qualidades influem fortemente nas formas e condições da participação das mulheres na organização popular.

É evidente hoje, no Brasil e em toda a América Latina, que as mulheres das classes populares vão avançando rapidamente no caminho de uma participação cada vez maior nos movimentos sociais e políticos. Todos saudamos tal processo como caminho de superação da sujeição, do confinamento compulsório ao privado e ao doméstico e sonhamos ver surgir o poder popular em construção como um poder compartilhado por mulheres e homens em igualdade de condições.

Mas cabe perguntar se de fato esse processo está conduzindo ou conduzirá necessariamente a essa partilha do



João Roberto Ripper

A partir de suas experiências cotidianas, as mulheres pobres avançam para uma participação cada vez maior nos movimentos sociais e políticos

João Roberto Ripper

poder. É preciso olhar por dentro dos movimentos e organizações populares não apenas quanto, mas como está se dando essa participação.

De modo geral, temos observado com muita regularidade certos fatos: de início, há uma forte resistência masculina, tanto individual — dentro de casa — quanto coletiva — do lado dos movimentos e organizações — à entrada das mulheres. No entanto, logo que conseguem vencer essas barreiras, em seu afã de participar, de ocupar espaço, de mostrar que são capazes, além da vontade de contribuir para a causa comum, as mulheres passam a assumir uma série de tarefas no interior da organização para as quais se oferecem com muito mais disponibilidade e entusiasmo do que os homens e em cujo desempenho se mostram, em geral, muito mais competentes e responsáveis.

Que tarefas são essas? São justamente as tarefas para as quais a sua experiência de donas de casa melhor as preparou, e as qualidades adquiridas encontram emprego imediato: as tarefas implicadas na manutenção da vida cotidiana, interna, da organização, que exigem atenção ao detalhe, paciência, estabelecimento de bons relacionamentos interpessoais, cuidado com as pessoas individualmente e com as coisas, administração cuidadosa de recursos escassos: tarefas muitas vezes repetitivas, enfadonhas e obscuras que recebem o pejorativo adjetivo de “burocráticas”, enquanto os homens se tornam assim mais livres para ocupar-se apenas das tarefas “políticas”. As mulheres tendem a assumir e mesmo a confinar-se no que é “doméstico” também nas organizações políticas.

É interessante notar que a partir desse ponto praticamente desaparece a resistência das lideranças masculinas ao aumento quantitativo da participação feminina. Ao contrário, ela passa a ser desejada e estimulada. As mulheres serão secretárias e tesoureiras, os homens serão os presidentes, fato tanto mais significativo quanto mais longe nos encontramos da idealizada direção colegiada ou coletiva das organizações populares. Mesmo em sindicatos onde a imensa maioria é mulher, ou nas organizações de bairro onde a massa da militância é feminina, na medida em que se consolidam como organizações permanentes tendem a ser dirigidas por homens. Na maioria dos casos, a mulher participa, sim, garantindo a reprodução do organismo político ao qual se integrou — o que é uma necessidade fundamental — mas excluída das verdadeiras instâncias de direção política e das tarefas de frente pe-

PARLAMENTOS PERDEM MULHERES

Embora no Brasil tenha aumentado o número de mulheres na vida política, em todo o mundo esta participação tem sido menor. Segundo dados da União Interparlamentar, a presença de mulheres nos parlamentos caiu de 14,6% em janeiro de 1988 para 12,7% em junho deste ano.

A maior redução foi registrada no Soviète Supremo da União Soviética. A *perestroika* de Mikhail Gorbachov masculinizou o parlamento. Depois das eleições de março último, o número de mulheres parlamentares baixou de 34,5% para 15,3% na URSS.

A mesma tendência foi registrada na Polônia, Suriname, Jamaica e França. O número de parlamentares do sexo feminino aumentou na Suécia, Venezuela, Equador e Canadá.

O Brasil apresenta um dos menores índices de participação de mulheres. Dos 559 integrantes do Con-

gresso Nacional, apenas 26 não são homens. Uma das revelações da Constituinte foi Benedita da Silva, evangélica, eleita deputada pelo PT. Benê, como é carinhosamente chamada pelos congressistas e amigos, é admirada não só pela atuação brilhante como parlamentar, mas também pelo salto que deu, de uma favela do Rio de Janeiro para a Câmara dos Deputados.

Benedita da Silva: atuação brilhante na Constituinte, prova da capacidade política da mulher



Angela Cristina Fernandes/CEPI

las quais o seu movimento busca intervir na sociedade.

Está claro que esta não é uma situação de partilha igualitária do poder. Pelo contrário, o papel representado pelas mulheres tende a reforçar o poder de decisão exercido com quase exclusividade pelos homens. Na medida em que o trabalho feminino garante e fortalece por dentro a organização, constrói um alicerce mais sólido sobre o qual a liderança masculina pode se assentar e crescer. Cresce o poder de intervenção da organização como um todo e, portanto, o poder dos que nela detém o monopólio da direção, aumentando, em termos relativos, a desigualdade de poder no seu interior.

Trata-se apenas de uma etapa no caminho das mulheres em direção à participação plena que será naturalmente superada? Parece-me que não necessariamente. Essa situação pode conter uma armadilha para as mulheres: o risco de que elas se contentem com a valorização pessoal que conseguem ao desempenhar melhor do que os homens tais tarefas — aliás, torna-se comum ouvir deles que “essas coisas devem ser feitas por mulher, que só mulher faz bem feito...” — e de crer que encontraram ou conquistaram “seu lugar”, considerando outra vez “natural” tal tipo de “divisão do trabalho”,

acabando outra vez confinadas ao “doméstico”, ainda que este se tenha tornado bem maior do que sua casa.

Para que esse limite seja superado, penso que é necessário que as mulheres percebam claramente que estão ocupando um lugar no movimento, sim, mas que este ainda não é o lugar do poder e nem é o “seu” lugar natural. A partir dessa percepção, que deverá também ser comunicada aos companheiros homens, será preciso conquistar no conjunto da organização medidas concretas e planejadas para capacitar também os homens ao bom desempenho das tais tarefas “domésticas”, para as quais as mulheres foram capacitadas pela sua experiência cotidiana, mas que não são “naturais”, que se aprendem, assim como garantir para as mulheres oportunidades iguais de formação política, de acesso, por exemplo, às escolas de formação que se multiplicam para os “dirigentes” e que, por isso mesmo, sem uma ação voluntária em outro sentido, tenderão a ser privilégio quase exclusivo dos homens.

Não nos iludamos, será uma longa luta.

Maria Valéria Vasconcelos Rezende, pedagoga, trabalha com educação popular no Nordeste.

DIREITO NA CONTRAMÃO

Contra o caráter machista do Direito, as mulheres precisam de uma teoria jurídico-feminista articulada para se manter por sua própria força



Na elaboração de um novo Direito, as mulheres devem participar com mais do que lamentos sobre a injustiça de suas condições



Vera Jursys/Ag. Fótón

Alda Facio

Poderia dizer que 1988 foi o ano em que nós, mulheres latino-americanas, tomamos a decisão de enfrentarmos o Direito. Tanto em dois grandes encontros internacionais, em Bogotá e em Manágua, como nas inúmeras jornadas nacionais, as mulheres analisaram o direito positivo a partir da sua própria perspectiva. E, apesar de desconfiarem de todo o aparelho jurídico estatal e dos advogados (e até das advogadas), também se dedicam à tarefa de intercambiar as poucas estratégias legais que têm sido eficazes, sintoma de que tem penetrado a idéia da necessidade de utilizar o direito positivo como instrumento de emancipação.

É preciso, contudo, ter cuidado com esse instrumento. Existe o perigo de que, uma vez que nós, mulheres, aceitamos a idéia de que o direito positivo pode ser utilizado na defesa de nossos direitos, cheguemos à conclusão de que a legislação, em geral, não é tão má e que venhamos a pensar que

o problema está na incorreta interpretação ou não-aplicação dessas leis que não estabelecem qualquer diferenciação entre homens e mulheres. Frequentemente nos corredores dos congressos se ouvem as delegadas dizendo que as leis de seus respectivos países são boas, que o problema é que não são cumpridas. Eis por que na maioria dos encontros, em vez de um profundo questionamento do direito em si, tenham sido tomadas resoluções no sentido de obrigar os Estados a aplicarem adequadamente as leis e a formularem novas leis, que garantam a igualdade real entre homens e mulheres, partindo, porém, do conceito de direito que nos foi legado pelos patriarcas.

Embora seja necessário que nós, mulheres, aprendamos a utilizar o sistema legal em defesa dos pseudodireitos que esse próprio sistema nos garante, não devemos esquecer que o direito positivo está imbuído da ideologia patriarcal. Não é que as leis sejam teori-

camente boas e que o problema resida em sua não-aplicação prática. O problema está em que o direito em si é sexista e androcêntrico. Por essa razão, mesmo que a sua aplicação se ativesse estritamente à letra da lei, sempre teria efeitos discriminatórios para as mulheres.

No direito moderno já não encontramos a discriminação aberta que existia em outros tempos. Todavia, isso não quer dizer que tenha deixado de ser androcêntrico. Lembremos que, embora agora nós, mulheres casadas, possamos administrar e dispor de nossos bens, efetuar contratos e comparecer em juízo em quase todas as legislações latino-americanas, não podemos gozar desses direitos da mesma maneira como fazem os homens, porque não só eles levam sobre nós alguns séculos de vantagem mas porque esses direitos foram projetados, definidos e conceitualizados pensando que o homem seria quem os exerceria.

Pensemos, por exemplo, no direito de voto. Apesar de na maioria dos nossos países terem sido reformadas as leis que estabeleciam que só os cidadãos varões podiam votar, ainda não existem mecanismos legais para que possamos participar, em igualdade de condições, como candidatas nas eleições. E assim tem sido com quase todos os direitos que nós, mulheres, viemos conquistando. Conseguimos que muitos direitos que foram criados por e para homens sejam estendidos também a nós sem que os tenhamos redefinido ou repensado de acordo com a realidade.

O mais alarmante, porém, é que, apesar de ainda subsistirem resquícios na lei do passado demasiado recente, em que sempre um homem tinha o poder absoluto sobre nós, o direito moderno pretende ser neutro em termos de gênero de pessoas. Baseado nessa pretensão, esse direito "neutro" supostamente cego aos preconceitos e realidades raciais ou sexuais não leva em conta o fato real e concreto de ser mulher numa sociedade patriarcal, ao passo que toma como ponto de partida, como modelo ou paradigma, o varão da espécie, acrescentando, em alguns países mais em outros menos, algum



Douglas Mansur

direito específico para a mulher-mãe, mas nunca para a mulher pessoa.

Porém, como ser neutro num direito que não leva em conta que vivemos numa sociedade em que mulheres e homens são socializados diferentemente, não compartilham as mesmas experiências, não tem as mesmas expectativas

e vivem sob condições de vida muito diferentes e com necessidades e potencialidades diferentes?

Uma sociedade em que os sexos-gêneros vivem realidades muito distintas dificilmente tem condições de produzir um direito neutro em termos de sexo-gênero, especialmente se é apenas um desses sexos que define o direito, se apenas a realidade de um desses é levada em conta como modelo para determinar as regras de sua promulgação e aplicação. Quando um direito — que se diz neutro em termos de gênero de pessoas — se vê frente a frente com uma sociedade que está dividida em gênero de pessoas e que, além disso, é androcêntrica e patriarcal, o que se mantém é o domínio do sexo que é utilizado como modelo sobre o sexo que está ausente da sua conceituação.

Uma sociedade dividida em gêneros de pessoas precisa de um direito que parta dessa realidade. Na elaboração desse novo direito, nós, mulheres, teremos que participar com mais do que lamentos sobre a injustiça de nossa condição. Precisamos de uma teoria jurídico-feminista bem articulada, que não tenha necessidade de apelar à boa consciência de um juiz, mas que se mantenha por sua própria força. Em outras palavras, precisamos refletir para podermos criar uma nova doutrina jurídica a partir de nossa já vasta experiência latino-americana no campo de defesa dos direitos da mulher.

A sociedade será mais justa quando direitos e deveres forem igualmente compartilhados por homens e mulheres

CONSTITUIÇÃO ASSEGURA AVANÇOS

A nova Constituição, embora não tivesse o perfil progressista que o povo merece, garantiu à mulher direitos importantes. Os principais estão no capítulo dos direitos sociais:

- licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias;

- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

- assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

- proibição de diferenças de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

O capítulo da política urbana, parágrafo 1º do artigo 183, garante que "o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil". Os mesmos direitos são assegurados no capítulo que trata da política

agrícola e fundiária e da reforma agrária.

No capítulo que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, o parágrafo 5º garante que "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher".

Conquistados estes direitos no papel, a luta continua, para vê-los assegurados na prática.



Vera Jursys/Ag. Foton

Alda Facio é correspondente do periódico *Mujer Fempress* na América Central



RELAÇÃO DIFÍCIL MAS PROMISSORA

Maria Berenice G. Delgado

As relações entre sindicatos/mulheres trabalhadoras não foram das mais fáceis. Já em suas origens, os sindicatos se constituíram historicamente como espaço privilegiado dos homens. Embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho desde o início do processo industrial e atuação destacada em lutas operárias, os sindicatos não as incorporaram à prática cotidiana nem dividiram com elas o poder das entidades representativas dos trabalhadores. A imagem da mãe e esposa se sobrepôs à da “companheira”.

Mais tarde, a resistência dos sindicalistas admitirem as mulheres no espaço político veio traduzida na visão esquemática de que a organização e luta das mulheres colocavam em risco a união da classe trabalhadora e que a luta contra a exploração econômica era suficiente para combater todas as dimensões da desigualdade social.

Na base destas posturas que durantes tanto tempo excluíram as mulheres

É preciso assumir sem reservas que a luta contra a opressão da mulher é parte da luta maior contra toda forma de exploração dos trabalhadores

dos sindicatos — e não estão totalmente superadas — reina a ideologia patriarcal, o machismo da linguagem corrente. Ideologia que justifica o domínio masculino sobre a sociedade e sobre as mulheres, que as exclui do mundo público e as submete a relações autoritárias e desiguais em todas as esferas da vida — da casa ao trabalho, na rua, na participação social — e passa (ainda) práticas individuais e coletivas de setores progressistas e de esquerda, seja nos sindicatos, partidos ou movimentos sociais.

Feminismo — A eclosão do movimento feminista em meados dos anos 70 iniciou mudanças profundas nas relações de gênero. No Brasil do final dessa década as mulheres lideraram a

luta por anistia, protagonizaram os movimentos populares e tiveram presença ativa nas lutas sociais que tomaram conta do país. Mas também trouxeram à cena política a marca da sua opressão, através do feminismo, que se materializou em movimentos e entidades autônomas, em congressos de mulheres, em bandeiras e reivindicações que deram uma dimensão nova às lutas sociais e democráticas.

O feminismo denunciou a desigualdade entre homens e mulheres e se indignou com ela. Rebelou-se contra a relação de gênero baseada na dominação versus submissão e mostrou que ela não é “natural”, mas construída cultural e historicamente. Protestou contra o confinamento da mulher ao universo do doméstico e reivindicou

sua participação pública e o direito a um projeto próprio de vida. Questionou as relações pessoais e afetivas dominantes entre homens e mulheres. Revelou o duro cotidiano vivido por milhões de mulheres e tocou fundo em temas que incomodaram consciências e abalaram valores estabelecidos: a violência sexual, a violência doméstica, o direito à opção de ter ou não ter filhos, o direito ao prazer.

Mais ágil que os sindicatos, o feminismo desnudou a realidade das mulheres trabalhadoras. Deu-lhes visibilidade e apontou a aliança entre exploração de classe e opressão de sexo: salário menor do que o dos homens, dupla jornada de trabalho, falta de profissionalização, falta de creches, abusos sexuais das chefias compõem a face patriarcal do capitalismo. Se a dominação sobre as mulheres é secular e anterior ao modo de produção capitalista, fica claro que este se utiliza desta opressão. Mantém principalmente na família a função da reprodução, através do trabalho doméstico incorpora de forma subordinada as mulheres ao mercado de trabalho, num processo perverso que amplia e agrava as condições de exploração do conjunto da classe trabalhadora.

Movimento sindical — A ação dos sindicatos voltada ao enfrentamento das discriminações vividas pelas trabalhadoras começou a partir de iniciativas isoladas em algumas categorias, como metalúrgicos, químicos etc. Com apoio de militantes do movimento feminista e a atuação direta das sindicalistas, estas experiências significaram os primeiros desafios na busca de construir uma nova mentalidade no movimento sindical.

O aprofundamento das práticas e das reflexões sobre feminismo — ou luta pela libertação das mulheres — e luta sindical teve um salto qualitativo com a aprovação, no 2º Congresso Nacional da CUT, em agosto de 1986, de uma resolução política na qual a central reconhece a opressão específica das mulheres na sociedade e defende a necessidade de uma política sindical dirigida às trabalhadoras da cidade e do campo visando eliminar as discriminações e ampliar a participação das mulheres nos sindicatos. Nasce a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT, que se funde lentamente pelas instâncias da central. Desde então novas experiências das trabalhadoras urbanas e rurais vão se somando na constituição da história viva e visível da participação das mulheres na classe trabalhadora brasileira.

O feminismo é político — A luta contra a opressão e discriminação das mulheres tem que se tornar uma dimensão indissociável da própria razão de ser do sindicalismo cutista, que é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Esta perspectiva pode ser traduzida em alguns pontos que se têm buscado implementar na prática sindical:

— A incorporação das reivindicações apresentadas pelas mulheres às pautas das campanhas salariais e às lutas sindicais cotidianas, dando-lhes legitimidade e avançando concretamente na redução das discriminações. Reivindicações como creche, extinção da exigência de testes de gravidez e outras formas de controle da fertilidade pelas empresas são pontos de pauta que aparecem em setores importantes, como metalúrgicos, químicos, bancários etc.

— O desenvolvimento de políticas próprias dirigidas às mulheres das categorias no sentido de ampliar sua participação sindical através da resposta a suas necessidades e expectativas. Os sindicatos e a CUT passam a programar atividades relacionadas à situação das trabalhadoras, como seminários sobre creche, cursos de saúde da mulher e sexualidade, seminários para as diretorias dos sindicatos sobre a condição da mulher na sociedade, programação específica no mês de março em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, pesquisas em portas de fábrica para identificar a realidade e as expectativas das trabalhadoras, matérias e denúncias nos boletins sindicais sobre a discriminação nos locais de trabalho, cursos de formação sindical dirigidos às mulheres e atividades de formação sobre o tema da opressão da mulher, encontros das trabalhadoras das categorias, teses sobre a situação das trabalhadoras nos congressos dos sindicatos e demais instâncias da central, participação da CUT e dos sindicatos em atividades e lutas desenvolvidas com o movimento autônomo de mulheres.

— O combate à ideologia patriarcal e às suas manifestações individuais e coletivas dentro e fora do movimento sindical. Isto não é fácil nem imediato porque supõe romper com padrões culturais e de comportamento internalizados por seguidas gerações, que legitimam poderes masculinos sobre as mulheres. Este processo se dá inevitavelmente com conflitos e contradições internas e ainda enfrenta resistências. É necessário, então, uma política de formação que permita construir uma nova referência teórica e

Bem mais ágil que os sindicatos, o feminismo desnudou a realidade da mulher trabalhadora

prática das relações de gênero baseadas na igualdade e na solidariedade, que aponte para o movimento que a luta contra a opressão das mulheres é responsabilidade coletiva da classe trabalhadora.

Trata-se de consolidar uma visão muito mais global do tipo de sociedade que queremos construir: sem exploração de classe, igualitária nas relações econômicas, mas não só. Uma sociedade, também, com novas relações de gênero, igualitárias e não hierarquizadas, sem opressão de homens sobre mulheres. E que a diferença biológica não seja critério de justificação de poderes e privilégios de um sexo sobre outro.

Na relação difícil, mas promissora, entre feminismo e sindicalismo, ambos só tem a ganhar. É um processo muitas vezes doido e cheio de contradições, de romper medos e preconceitos e democratizar relações pessoais e políticas. Mesmo o sindicalismo mais avançado e indiscutivelmente comprometido com a classe trabalhadora ainda tem muito que caminhar para que se consolide como defensor ardoroso da luta contra a opressão e a discriminação

Mesmo o sindicalismo avançado está longe de ser defensor da luta contra a opressão da mulher

das mulheres. Tem que apressar a colocação em prática das importantes resoluções que tem tomado sobre o assunto; tem que conferir respeitabilidade política às demandas trazidas pelas trabalhadoras e retirá-las do último lugar da pauta; tem que abandonar de uma vez por todas o fantasma da divisão da classe trabalhadora supostamente promovida pelo feminismo e assumir sem reservas que a luta contra a opressão das mulheres é parte fundamental da nossa luta conjunta contra todas as formas de exploração da classe trabalhadora.

Maria Berenice Godinho Delgado, diretora do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de S. Paulo, coordena a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT.

SEXUALIDADE *EM BUSCA DE UMA NOVA ÉTICA*



João Roberto Ripper

Lucia Ribeiro

*A libertação da mulher
supõe e exige a libertação
do homem. É neste
contexto que a
sexualidade, dentro e
fora da Igreja, deverá
ser repensada*

A sexualidade é uma dimensão permanente e irrecusável do ser humano; imanente à sua própria natureza, o marca do começo ao fim da vida.

Expressa-se através de múltiplas formas, configurando uma maneira de ser que o define. Afirma-se na alteridade, na relação homem/mulher e, no encontro dos dois, gerando a vida assume sua expressão mais plena.

Embora universal, a sexualidade é vivida diferencialmente de acordo com o contexto em que se dá; em função do meio cultural, da classe social e da etnia a que se pertence, da região do

país em que se vive e até mesmo do próprio ciclo de vida, tanto suas expressões como normas sociais que a regulam variam — em maior ou menor grau — e só podem ser apreendidas no interior deste contexto mais amplo.

No Brasil, a maneira de enfocar a questão da sexualidade vem sofrendo nas últimas décadas profundas mudanças. Para isso contribuem vários fatores: o próprio modelo de desenvolvimento, implicando numa rápida urbanização e industrialização do país e na intensificação do processo migratório; a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho; a expansão

dos meios de comunicação de massa; os movimentos sociais e, de forma específica, os de libertação da mulher; os progressos da ciência, sobretudo no campo da medicina, da genética, da psicologia e da psicanálise.

A descoberta de novos métodos anticoncepcionais, especialmente a pílula, permitiu desvincular o ato sexual da procriação, que antes era vista como sua principal — quando não exclusiva — função. Isto possibilitou repensar seu significado e seu valor e, ao mesmo tempo, ampliou enormemente a liberdade no âmbito das relações sexuais, agora vividas “sem riscos”, sobretudo no caso da mulher.

O homossexualismo, por sua vez — não só masculino, mas também feminino — é um fenômeno crescente ou, pelo menos, adquire uma visibilidade muito maior. As práticas abortivas, embora clandestinas, se estendem (estimam-se em 5 milhões por ano) e sua legalização foi proposta à Constituição. Ao mesmo tempo, a recém descoberta “pílula do dia seguinte” abre novas possibilidades nesta área. A esterilização, sobretudo feminina, passa a ser crescentemente utilizada como método anticoncepcional “definitivo”. O assumir a maternidade enquanto opção própria, numa perspectiva de liberdade, inclusive em relação ao parceiro, leva à “produção independente”.

Os progressos da biogenética possibilitam a fecundação *in vitro* e o fenômeno — antes inimaginável — do aluguel de útero.

Estes diversos aspectos configuram um processo de profundas mudanças. Isto não quer dizer que este se dê de forma linear: os padrões “tradicionais” seguem coexistindo com fórmulas “modernas” de viver a sexualidade. Por sua vez, a destruição dos antigos modelos não implica necessariamente que novas alternativas já se encontrem claramente formuladas. À permissividade na prática se superpõe uma rigidez de princípios, levando a uma enorme hipocrisia social; o “vale tudo” no comportamento concreto — muitas vezes clandestino — convive com o escândalo e a “defesa da honra”. Tudo isso gera perplexidade, insegurança, anomia. O padrão “moderno” nem sempre significa um avanço, com respeito ao anterior. O processo de mudança não é necessariamente evolutivo, nem é automaticamente liberador. Tampouco é um processo de “decadência moral”, condenável *a priori*. Junto com a destruição de preconceitos e tabus, também se esfacelam valores reais.

Isto coloca novos desafios. Junto a conquistas e elementos de libertação

e de vida emergem formas de opressão, distorções, perversões.

A descoberta da sexualidade como forma de expressão e de comunicação lhe dá um valor próprio, enquanto dimensão de realização humana, e resgata o direito ao prazer, antes negado, especialmente às mulheres. Simultaneamente, pode favorecer atitudes hedonistas, que levam a utilizar a parceira como “objeto sexual”, desvinculando sexo e amor. A redução do sexo a uma função meramente biológica, fora de uma relação globalizante, pode levar à recusa de qualquer compromisso e à impossibilidade de uma relação mais estável.

No caso dos jovens, a maior liberdade sexual significa certamente uma libertação em relação a uma educação castradora e repressiva; abre possibilidades de viver experiências neste campo com uma maior naturalidade e espontaneidade e tem, inclusive, uma função de aprendizado. Entretanto, a este grau de liberdade não corresponde necessariamente uma informação e uma educação sexual adequadas e nem mesmo o uso correto de métodos anticoncepcionais (que além disso, nunca são totalmente eficazes); em consequência, aumentam os casamentos “apressados”, os casos de mães solteiras e os abortos provocados.

A possibilidade de controlar a própria fecundidade permite à mulher ser sujeito do seu próprio corpo; aqui há certamente uma dimensão de humani-

A descoberta da sexualidade como comunicação lhe dá valor próprio enquanto realização humana

zação, que se expressa no domínio da natureza: “Dominai a terra”. O natural para o ser humano não é justamente o cultural, o “artificial”, o que supera o instinto “natural”?

Entretanto, na medida em que este controle não é ainda totalmente eficaz, enfatiza a angústia da gravidez não desejada. Esta sempre foi fonte de sofrimento, embora não explícito, já que não havia nem meios concretos de evitá-la e nem mesmo de questioná-la. Com a descoberta dos métodos anticoncepcionais e a crescente conscientização da mulher, a gravidez não desejada passa a ser vista como uma imposição biológica que a identifica com qualquer fêmea animal, embora com uma diferença fundamental: a consciência da própria impotência. Isto gera um alto nível de tensão, angústia e sofrimento, que se acentuam mais ainda com a quase incompreensão masculina e a impos-

A urgência de debater sexualidade abertamente e a necessidade de diálogo livre e honesto se impõem



Vera Jursys/Ag. Foton

sibilidade de contar com seu apoio: a mulher tem que enfrentar na própria carne, e sozinha, este processo.

Em face destes novos problemas e desafios, como situar-se? Certamente é impossível aprovar ou condenar *a priori*; antes de mais nada, torna-se indispensável conhecer a realidade, na sua complexidade contraditória: negar os fatos ou obstinar-se em impor-lhes uma camisa de força voluntarista não resolve os problemas. Entretanto, é o que muitas vezes ainda se faz, inclusive dentro da Igreja.

Igreja e sexualidade — Em face de todo este processo de transformações, a doutrina oficial da Igreja, com respeito à moral sexual, se mantém ainda dentro de uma linha bastante conservadora.

Isto faz com que a questão da sexualidade seja vivida hoje, na Igreja, basicamente sob duas perspectivas: da repressão ou da esquizofrenia.

A repressão é ainda, talvez, a perspectiva dominante: aqui a negação do sexo, os preconceitos, os tabus ou a simples ignorância caracterizam a maneira como se enfoca a sexualidade, levando a distorções e perversões.

Para a geração adulta, a educação repressiva e castradora que se recebeu marca até hoje a maneira de viver a sexualidade. Mesmo os que se liberaram racionalmente ainda são, do ponto de vista emocional, muito reprimidos. De forma alguma é uma questão bem resolvida.

Para os mais jovens, esta perspectiva repressora frente ao sexo é um dos fatores que está levando ao afastamento da Igreja. A incapacidade e a falta de diálogo os deixa profundamente insatisfeitos.

No caso dos setores populares, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada. Se, em alguns aspectos, a sexualidade parece ser vivida aí com

mais naturalidade e mais saúde, em outros a opressão que se dá no sexo é extremamente forte, especialmente no caso das mulheres rurais.

Para os que vivem o celibato, o clima de repressão gera problemas sérios: a negação do sexo, levando a personalidades assexuadas; os desequilíbrios emocionais; a negação da própria afetividade; os dramas de consciência e os múltiplos problemas que se criam neste âmbito.

Esquizofrenia — Em face de uma doutrina oficial rígida e condenatória e, em última análise, inaplicável, vem emergindo uma prática alternativa, que diverge parcial ou totalmente da primeira. "Há uma ruptura entre a vida cotidiana e o ensinamento do Papa", declarava recentemente uma mulher polonesa ao próprio pontífice.

Isso gera uma verdadeira esquizofrenia dentro da Igreja; e esta se agrava quando a prática divergente se dá de forma subterrânea e clandestina, já que não há espaços para discuti-la.

Neste contexto, buscam-se soluções para cada caso particular: os mais "abertos" ou os que têm acesso a padres mais "progressistas" o fazem com maior soltura, outros vivem em maior ou menor grau verdadeiros dramas de consciência; mas nenhum dos casos está isento de sofrimento, tensão e culpa — marca de uma educação repressiva que anos de análise não conseguem resolver.

Esta situação de esquizofrenia gera também problemas sérios no meio profissional, quando não se consegue adotar a linha oficial mas tampouco se pode publicamente divergir. Nos casos em que o conflito é insustentável, o abandono da prática religiosa aparece frequentemente como a única solução que resta.

Debate aberto — A urgência de debater a questão abertamente e a necessida-

de de espaços de diálogo livre, franco e honesto se impõem. Nos países industrializados isto já vem sendo feito, não sem dificuldades e conflitos. Entre nós começam a brotar, devagarinho, as primeiras tentativas: o grupo de sexualidade no Instituto de Estudos da Religião (Iser), os debates em Correias, o encontro com alguns bispos em São Paulo.

Aqui também a iniciativa parte das mulheres. Isto poderia talvez explicar-se pela sua relação específica com a reprodução da vida: as mulheres vivem na própria carne este processo. Ao mesmo tempo, numa sociedade patriarcal, a mulher se define basicamente por esta função. A separação entre a esfera da produção e a da reprodução demarca o lugar específico que cabe ao homem e à mulher. A esta cabe fundamentalmente, quando não de forma exclusiva, a responsabilidade pelas decisões nesta área, e é também sobre ela que recai toda a culpa. Isto configura um tipo de dominação que, como toda dominação, só pode ser contestada pelo setor dominado.

A Igreja reproduz esta visão patriarcal quando vê a mulher, tradicionalmente, como esposa e mãe — ou como virgem consagrada. As dominações implícitas nesta posição se acentuam pelo fato da mulher estar, dentro da instituição eclesial, submetida a leis estabelecidas por homens célibes.

Aqui também o questionamento parte dos dominados. Mas soluções só poderão vir de um esforço conjunto entre homens e mulheres, sacerdotes e leigos. A libertação da mulher supõe e exige a libertação do homem. E é neste contexto que a questão da sexualidade poderá ser repensada, indicando as bases para a formulação de uma nova ética.

Lucia Ribeiro, socióloga, é especializada em Sociologia da Saúde.

Aconteceu

Assinatura anual NCz\$ 50,00
Assinatura de apoio NCz\$ 60,00
Exterior US\$ 50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação,
Rua Cosme Velho, 98 fundos, CEP 22241, Rio de Janeiro, RJ,
aos cuidados do Setor de Distribuição



CORPO: NOVO PONTO DE PARTIDA DA TEOLOGIA

Na perspectiva do Reino, a teologia se constrói a partir da liberdade dos corpos que buscam a infinita bondade de Deus na construção do amor

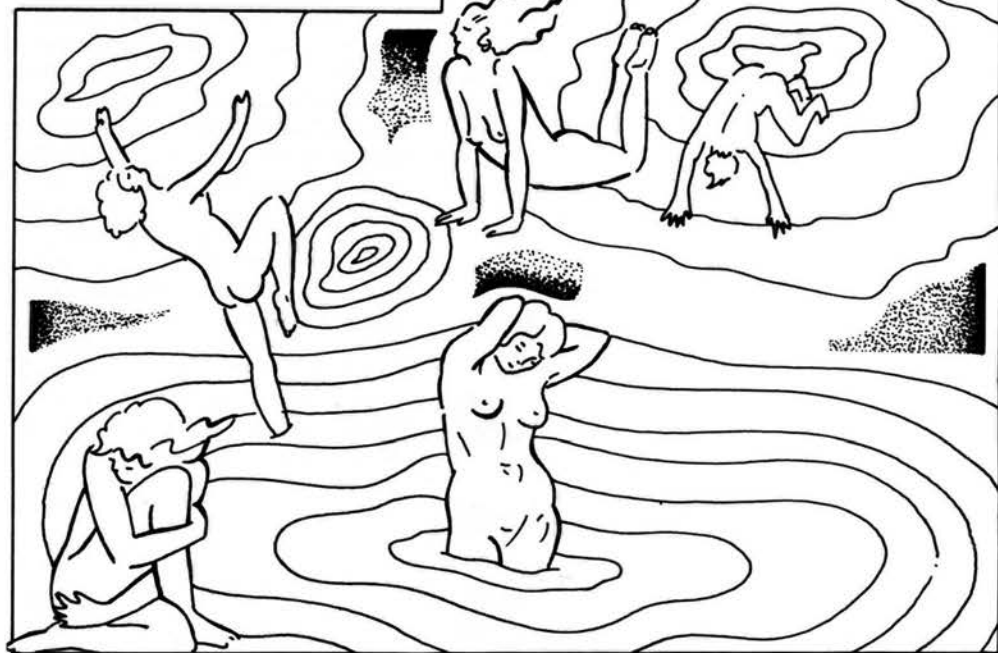
Ivone Gebara

Qual exilados fora de sua pátria, assim é a reflexão sobre o corpo na teologia cristã tradicional. O corpo, a carne humana, foi sempre exilada como reflexão positiva, como valor a ser considerado e defendido.

A pátria da teologia é o espírito, ou simplesmente o espiritualismo. A pátria da teologia é um homem sem corpo, imagem de um Deus sem corpo. Entretanto, sabemos que o início da teologia cristã é marcado pela imagem de um Deus "começando" no corpo humano, como nos contam especialmente Lucas e Mateus e como nos lembra o prólogo de João. Um começo contado como redenção do corpo mas que foi logo transformado em combate contra o corpo. Vitória do dualismo, vitória das forças anticorpo, vitória da razão e de seus servidores.

Nesse combate em que os corpos perderam a batalha, o grande excluído, o "condenado à morte", foi o corpo da mulher. Seu corpo carregando em si a ferida de todos os corpos viveu exilado da teologia.

Por isso, dizer que o corpo é o novo ponto de partida da teologia pode parecer para alguns óbvio e para outros algo não teológico. Para os primeiros, a afirmação de que é por causa de nosso corpo pessoal e coletivo que as sociedades e instituições se organizam, inclusive a teologia, não faz problema. Para os outros, seria necessário encontrar para a teologia outro ponto de partida, talvez concebido como mais digno, menos instável, mais eterno ou mais "religioso". Minha opção é pelo corpo, o corpo humano, vivo, centro de todas as relações, corpo do qual partem todos os problemas e para o qual tendem a convergir to-



das as soluções. Corpo do qual se parte para afirmar sua beleza e também para negá-la como empecilho para o divino considerado Espírito puro; corpo lugar de êxtase e de opressão, lugar do amor e do ódio. Corpo, lugar dos sinais do Reino, corpo, lugar da ressurreição.

Partir do corpo é partir da primeira realidade que somos e conhecemos. É afirmar e reconhecer sua maravilha e ao mesmo tempo a impossibilidade de afirmarmos qualquer coisa sem ele. O corpo é a referência tanto para os que o desprezam quanto para os que o exaltam, tanto para os que o oprimem, quanto para os que o respeitam.

O corpo é o lugar da manifestação de nossos medos, inclusive o medo da

Mãe dos vivos, o medo de Eva, símbolo patriarcal de todos os nossos medos. É o corpo que se transforma em lágrimas, gritos de dor, em fuga, calafrios, ódios e perseguição.

Quero, em primeiro lugar, partir do corpo de Eva, um corpo segundo tirado do corpo primeiro, o corpo do homem, conforme o Gênesis e conforme as tradições patriarcais que nos habitam. O corpo de Eva para o mito da criação é segundo, assim como a mulher é o segundo sexo.

Tomo o mito da criação como referência pois em certo sentido ele é a expressão de resíduos culturais e religiosos que nos habitam. É também uma espécie de pano de fundo a partir do qual as teologias da criação se elaboram.

O corpo de Eva nascido de um profundo sono de Adão e, talvez no sono, um sonho e, do sonho, o desejo profundo, agudo, daquilo que é ele mesmo, Eva. Eva não dorme e não sonha. Seu corpo é sonho de outro, seu senhor, seu dono, aquele para o qual foi feita. Seu corpo é desejo de outro corpo. De seu corpo ela sabe que será tomado por dores e submisso aos desejos do homem. Sua submissão é ao mesmo tempo maldição. Por quê? Porque seu corpo nasceu de um sonho, e os homens temeram sonhar mais e impediram que seus sonhos tornados reais na mulher a impelisse a sonhar como eles. É um risco sonhar. Os sonhos têm força para mudar a história, para recriá-la continuamente, para renová-la, mas isto é perigoso. É melhor se conformar com o "real", o "habitual"; a segurança e a tranquilidade parecem habitar esse mundo onde o "novo" é recusado.

Partir do corpo de Eva é permitir por um instante que o corpo temido e sacrificado fale, e, no nosso caso particular, fale à teologia como uma "instituição" da religião. O que fez ela do corpo de Eva?

Eva será por um instante uma mistura de segundo sexo com a imagem temida da Mãe dos viventes. Minha linguagem se move num claro/escuro onde falta a precisão e isto se justifica pela dificuldade da temática.

Além do desprezo pelo corpo humano, a "instituição" desprezou com mais força e vigor o corpo de Eva, corpo de mulher. A teologia e a moral feitas pelos homens só podiam acentuar demônios com cara de mulher. O sexo tem cara de mulher e a sexualidade é mulher. Na rejeição da sexualidade rejeitou-se a mulher.

Os homens da religião, marcados por um profundo dualismo, temiam ser engolidos pelos abismos profundos do próprio eu, pelas forças misteriosas da vida expressas pelo corpo da mulher. Confundiram esse corpo com seus medos existenciais. Por isso fugiram dele e incitaram a mulher a fazer o mesmo.

Estamos no horizonte dos símbolos e estes dizem mais do real do que o vocábulo discursivo corrente. Deles necessitamos quando o simples discurso é insuficiente para exprimir o estremeamento do corpo, o nó na garganta, a ira que invade os corpos sacrificados ingloriamente, condenados a bodes expiatórios de uma teologia e de uma Igreja/instituição que se recusa a rever os fundamentos antropológicos de suas construções.

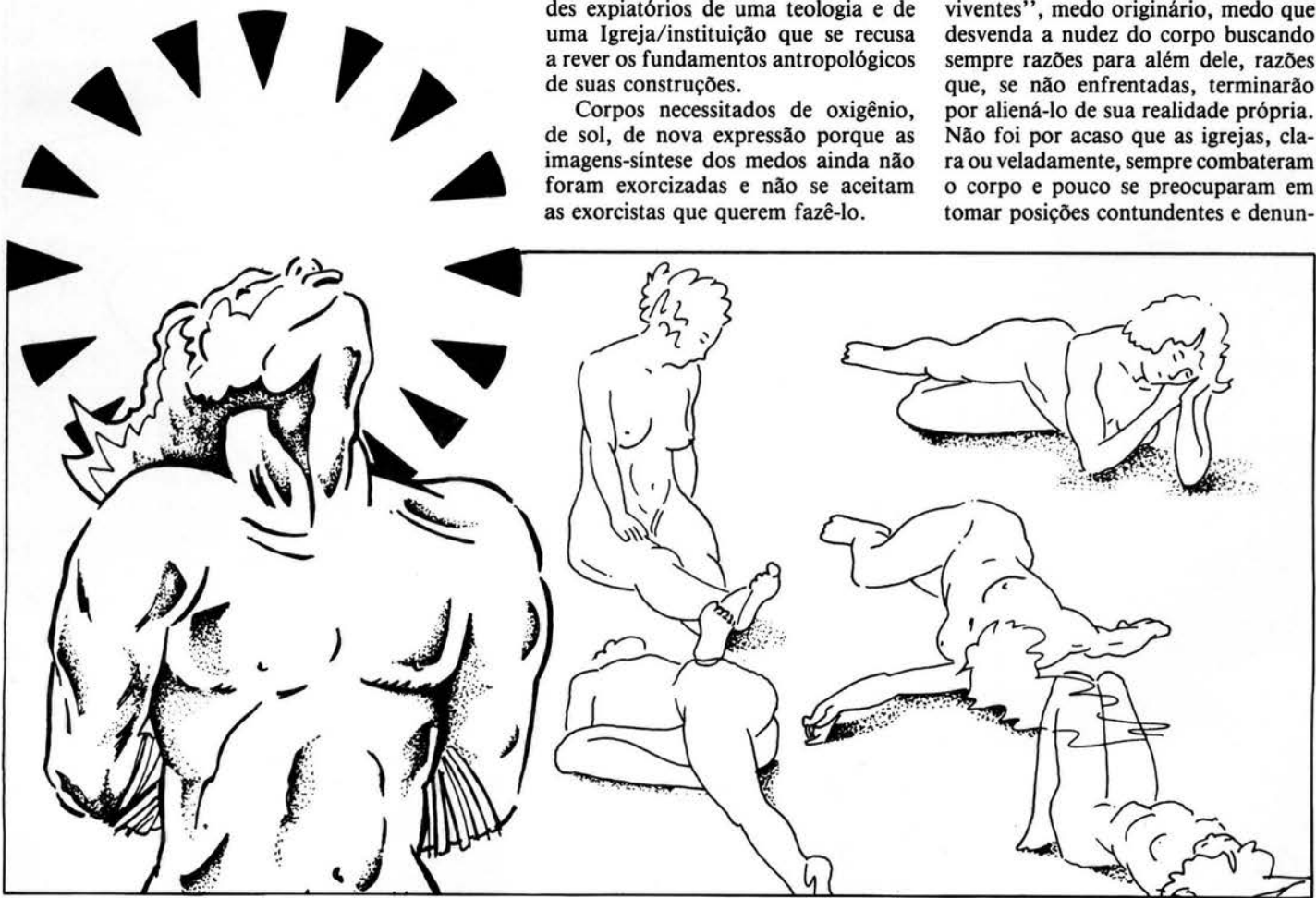
Corpos necessitados de oxigênio, de sol, de nova expressão porque as imagens-síntese dos medos ainda não foram exorcizadas e não se aceitam as exorcistas que querem fazê-lo.

De Rubem Alves empresto a palavra: "Somos assombrados pelo medo do corpo. Talvez porque saibamos que tudo, no corpo, grita contra o domínio. Todo corpo grita por liberdade e prazer. E os maridos têm medo que, nas suas mulheres, o corpo acorde. E as mulheres sentem o mesmo em relação aos filhos. E ambos se aliarão para conspirar contra os corpos dos pais".

As igrejas têm medo dos corpos, principalmente do corpo da mulher. Temem abrir-lhe espaços porque este exigirá uma nova organização do espaço e do poder "sagrados". Temem, ainda, porque terão que habitar com corpos diferentes numa relação entre corpos de direitos iguais. Assim sendo, não poderão mais ditar ordens para a submissão desses corpos. Terão que dividir o poder sobre os corpos.

As igrejas, em geral, preferem uma antropologia da igualdade verbal, mas de cunho eminentemente patriarcal e hierárquico. Têm uma antropologia, que se fixa na medida em que sacralizam o que foi dito do ser humano como verdade eterna sobre o ser humano.

E, nessa linha antropológica, voltamos ao medo da sexualidade. Esta é uma expressão do medo da "Mãe dos viventes", medo originário, medo que desvenda a nudez do corpo buscando sempre razões para além dele, razões que, se não enfrentadas, terminarão por aliená-lo de sua realidade própria. Não foi por acaso que as igrejas, clara ou veladamente, sempre combateram o corpo e pouco se preocuparam em tomar posições contundentes e denun-





ciar o massacre dos corpos nas diferentes situações históricas em que este fato ocorreu. Não é por acaso que a direção da Igreja está nas mãos de célibes, às vezes de aparência dessexualizada, célibes homens, fechando categoricamente o espaço para a mulher. Ela pode "invadir" os espaços em que se dão as decisões "sagradas" para servir-lhes como doméstica, subalterna e obediente. Nos átrios sagrados da instituição/Mãe comandada por homens apenas entram as virgens ou algumas mães/domésticas redimidas de sua sexualidade pela função procriadora, única justificadora da prática sexual.

Partir do corpo é redimi-lo, é acolher nele a criação como profundamente boa, é acolher o abraço divinizado da matéria no estremecimento dos corpos, nas suas trocas energéticas, no mistério que encerram, na vida que buscam.

Partir do corpo é redimir o corpo humano total: homem e mulher; é lutar por sua ressurreição, por sua vida, com as "armas" da vida. A teologia e a moral têm sido frequentemente "armas" de morte para um corpo considerado, em primeiro lugar, decaído. A teologia e a moral têm sido "invenções" de um corpo espiritual para negar a extraordinária materialidade divina de nossos corpos.

Partir do corpo é partir do Reino de Deus, anúncio de redenção para os corpos, anúncio de boa nova, de alegria, de liberdade, de gozo dos corpos. Na perspectiva do Reino não há casuísmos, não há a lei acima do ho-

mem e da mulher, não há Deus, imagem do homem dominador.

Na perspectiva do Reino, a teologia se constrói a partir da liberdade e igualdade dos corpos que buscam a infinita bondade de Deus na construção do amor e da justiça, na contemplação do humano como um dos lugares privilegiados de energia divina e a sexualidade como expressão da mesma energia.

Tomar o corpo como ponto de partida da teologia é acolher uma antropologia unitária que tenta superar os dualismos e englobar as ambigüidades inerentes à existência humana. Esta antropologia parte da história, ou seja, daquilo que os olhos podem ver do comportamento humano e a partir dele humanizá-lo. Não se trata de estabelecer de antemão um ideal para ser seguido por todos, mas alguns critérios a partir dos quais a conduta humana poderá se orientar, critérios que não são exteriores à maravilha do corpo, mas que partem dessa realidade fundamental que nos constitui.

Só um fundamento antropológico histórico unitário e igualitário poderá "recriar" o homem e a mulher à imagem de Deus e Deus à imagem do homem e da mulher. As consequências históricas, sociológicas, eclesiais e morais aparecerão em seguida.

Só um fundamento antropológico histórico, unitário e igualitário vencerá o medo da "Mãe dos viventes" e buscará localizar esse medo existencial do homem e da mulher em imagens em que um e outra estejam profundamente implicados.

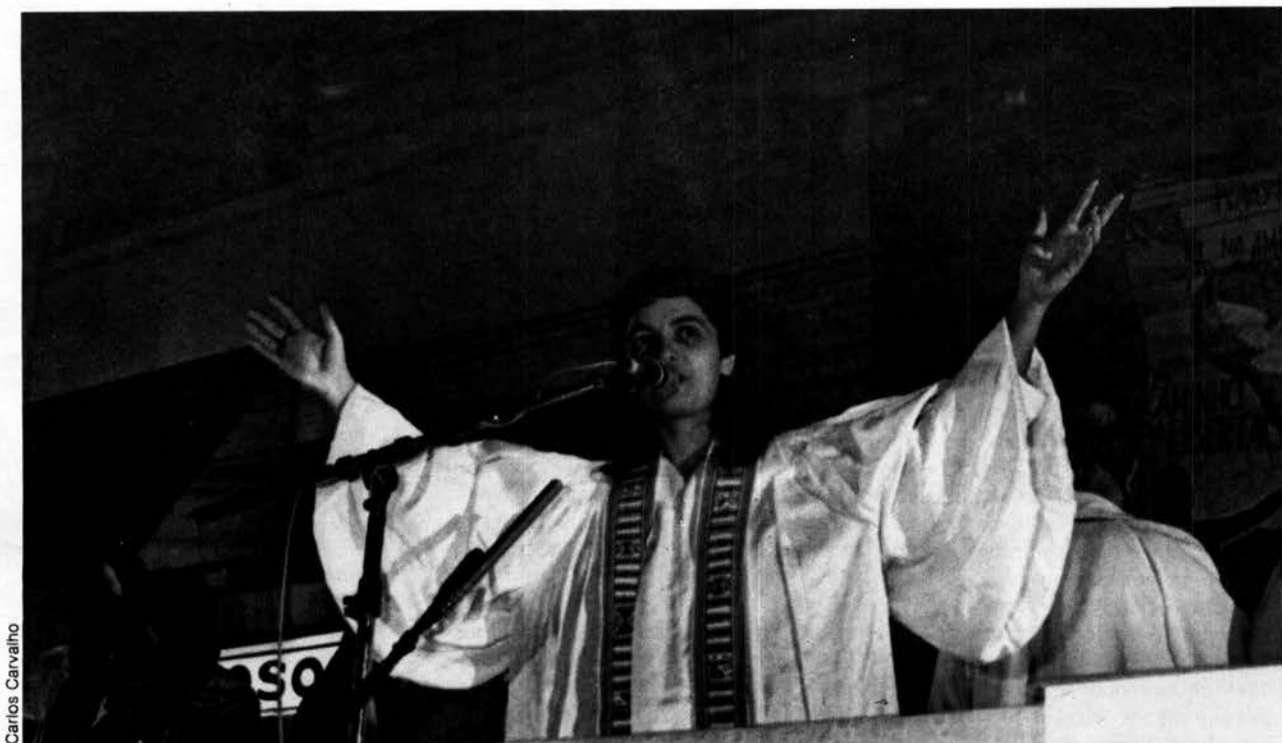


Por isso, é preciso exorcizar o medo, falar dele, enfrentar os gigantes e os demônios e, quanto mais deles nos aproximamos, menores ficarão. Sua estatura se reduzirá à medida que os enfrentarmos, que os chamarmos pelo nome, que os reconhecermos, nos reconhecendo neles. Só assim eles poderão conviver de forma humana com os humanos que o produziram; nos assustarão como os sustos normais e cotidianos da vida; viverão em nós sem que os consideremos monstros aos quais é preciso montar armadilhas ou fazer trincheiras de guerra.

O medo da "Mãe dos viventes" será então o medo do homem e da mulher diante do mistério da existência, medo localizado na própria existência. A mulher deixará de ser a figura síntese deste medo e ambos serão de fato uma só carne buscando a felicidade que mora em seu desejo.

Ivone Gebara, teóloga católica, é professora de Filosofia e Teologia no Instituto de Teologia do Recife. Autora do livro *A mulher faz teologia* (Vozes, Petrópolis, 1986).

MULHER PASTORA, E POR QUE NÃO?



Carlos Carvalho

A mulher sempre foi fiel e dedicada ao movimento de Cristo. Mesmo assim muitas igrejas não reconhecem nela dom para o ministério ordenado

Rosângela S. de Oliveira

O século 20 está chegando ao fim deixando profundas marcas no campo da pastoral. Marcas de "boas novas", de renovação, de vitalidade do Evangelho. O movimento ecumênico, a leitura popular da Bíblia, a relação fé e política na perspectiva das lutas dos pobres e o ministério ordenado da mulher são alguns dos sinais da dinâmica do Espírito Santo entre nós. Mas é apenas sobre este último que estendo, neste momento, o pensamento.

Não é possível ignorar o clamor da mulher. Seu grito ecoa por todos os recantos. Oprimida, torna-se agen-

te da libertação. Submissa, subverte a autoridade. Excluída, forma a comunidade dos escolhidos.

A Igreja não atravessou ileso este século. Especialmente aqui, o Espírito, "a brisa leve da paixão que vem de dentro" vai revirando, revolvendo, renovando e este "mistério estará sempre lá, feminina-menina por todo lugar". Assim, a mulher ocupa seu lugar no exercício da missão da Igreja. Dizendo sim ao Espírito Santo, ela fica grávida da paixão evangélica.

Por séculos, as igrejas produziram teologia, definiram seu pensamento sobre ministério ordenado e nem coloca-

ram a possibilidade deste ministério ser exercido pela mulher. É uma perplexidade do novo tempo. Evidentemente, não quero restringir o ministério da mulher na Igreja ao ordenado. A mulher, pelo contrário, tem sido muito criativa forjando novos ministérios, até mesmo quando ela pode ser ordenada. E mesmo a ordenação em si suscita grandes discussões sobre o exercício de poder. Mas nada disto hoje abafa a necessidade de se falar do ministério ordenado da mulher.

A questão do ministério ordenado é tratada diferentemente nas várias confissões cristãs. Há teologias diferenciadas que conformam as estruturas eclesiais. No ecumenismo existem esforços para uma compreensão comum e reconhecimento mútuo do ministério ordenado. A Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas tem desenvolvido uma longa discussão sobre o assunto, como se pode verificar no documento "Batismo, Eucaristia

e Ministério" (BEM), publicado pelo Cedi e Conic. Nele se percebe que a discussão é muito maior do que a ordenação da mulher. Este é apenas um item numa difícil reflexão que precisa até mesmo definir o que é ministério ordenado, suas formas de exercício e o modo pelo qual se dá a sucessão do ministério apostólico. Felizmente esta discussão não se esgota na mulher, mas também não acontece mais sem passar pela mulher. Mesmo que seja para lhe dizer não, como reconhece o BEM:

"Em Cristo não há homem nem mulher. Homens e mulheres devem descobrir em conjunto suas contribuições ao serviço de Cristo na Igreja. Não obstante estarem de acordo sobre a necessidade dessa reflexão, as igrejas tiram conclusões diferentes no que diz respeito à admissão das mulheres ao ministério ordenado. Um número crescente de igrejas chegou à conclusão de que não há impedimento bíblico ou teológico quanto à ordenação da mulher, e muitas delas já a estão praticando. Contudo, muitas outras igrejas afirmam que a tradição da Igreja sobre este assunto não deve ser alterada".

Nas minhas andanças pastorais já ouvi muita gente — da base ou da hierarquia, homem ou mulher — negar a

validade da ordenação da mulher. Entre os vários ditos, há um curioso, não pela novidade, mas por estar fundamentado no ministério de Jesus Cristo. Logo no Cristo, que tem sido o animador da consciência da dignidade da mulher e força para sua libertação!

Havia mulher entre os doze discípulos de Jesus? Esta foi a pergunta feita por uma mulher no estudo bíblico numa manhã de domingo. E continuava: "Se não havia mulher entre os doze, é porque a mulher não pode ser pastora!". E assim estava colocado o ponto final na conversa. Como eu gostaria de lhe dizer "sim, havia mulheres entre os doze!". Talvez assim teríamos uma vírgula na conversa e não um ponto final...

No movimento de Jesus, os pobres, as mulheres e as crianças têm lugar especial. Eles percebem os sinais do Reino de Jesus, e os acolhem. As mulheres anunciavam a encarnação de Deus no menino Jesus (Lc 1,39-45), e dele não se separavam nem mesmo na cruz (Mt 27,55s). E mesmo quando Jesus está no túmulo são elas que chegam cedo para cobrir de perfumes o corpo de quem amavam, e foi Maria Madalena a primeira a deparar com o Cristo ressurreto (Mc 16).

Por que ver nos doze homens a exclusão teológica da mulher do ministério ordenado?

O evangelho de Lucas até aponta algumas mulheres que acompanhavam Jesus e os doze na pregação e anúncio da Boa Nova do Reino de Deus (Lc 8,1-3). Não há como negar a presença marcante das mulheres em todos os momentos da vida e ministério de Jesus. Na verdade, ninguém nega isto. Pelo contrário, reconhecem a fidelidade da mulher e sua dedicação em servir ao movimento de Jesus. No entanto, isto não é suficiente para reconhecer na mulher força, inteligência, fé e dom para o ministério ordenado.

E por que não? Aqui me lembro de outra mulher, em outro estudo bíblico em que se conversava sobre as discriminações e preconceitos. Ela, com toda sua simplicidade, sinceridade e preocupação, perguntava se a razão disso era a "falta de entendimento".

A morte de Jesus deixa os discípulos atônitos. O movimento em torno do mestre precisa encontrar meio de superação para não terminarem em fracasso os sinais do Reino. O movimento se organiza, se estrutura, se institucionaliza em Igreja. Os evangelhos sinóticos fornecem pequenos sinais de organização, mas são as epístolas que mais explicitam as formas estruturais da igreja primitiva.

Os doze, simbolicamente, são a continuidade do projeto das doze tribos conhecidas no Antigo Testamento como fonte de formação do povo de Deus. Os doze continuam a aliança de Deus com o seu povo, que não é mais só Israel, mas todo aquele que reconhece em Jesus os sinais do Reino de Deus.

Fazer dos doze um modelo excludente foi um dos conflitos travados pelo apóstolo Paulo com a comunidade de Jerusalém. Paulo, que não foi contemporâneo de Jesus, defendia para si a vocação apostólica, e ainda incluía outros companheiros neste ministério (Gl 1,19; 1Co 15,7-10; 1Co 9,5), inclusive uma mulher — Junia (Rm 16,7).

Portanto, por que encerrar nos doze a potencialidade de homens e mulheres discípulas de Jesus? Por que ver nos doze homens a exclusão teológica da mulher do ministério ordenado?

Rosângela Soares de Oliveira, pastora metodista, integra o Programa de Assessoria à Pastoral, do CEDI.

BRASIL TEM OITENTA PASTORAS

No Brasil, há pelo menos oitenta mulheres pastoras. A grande maioria é da Igreja Metodista, que tem hoje 43 pastoras, conforme dados fornecidos pela sede geral da denominação.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) tem 34 mulheres em atividades pastorais, das quais dez já foram ordenadas. Segundo seu assessor de imprensa, Edelberto Behs, as 24 restantes trabalham como pastoras-colaboradoras. Ele explica que é nessa condição que todo postulante ao sagrado ministério — homem ou mulher — trabalha no mínimo dois anos numa comunidade antes de ser ordenado.

Na Igreja Episcopal do Brasil (IEB), há três mulheres ordenadas, sendo duas presbíteras e uma diácona. Na Igreja Presbiteriana Unida, embora esteja aberta a possibilidade do ministério feminino ainda, não foi ordenada nenhuma mulher.

Sobre as dificuldades enfrentadas, a reverenda Patrícia Powers, diretora do Departamento de Missão da IEB, revelou que surpreendentemente teve "mais problemas com o clero

do que com as comunidades. Com o povo das comunidades, a aceitação foi tranquila". Segundo ela, "a mulher tem dons que o homem não tem. O que ocorre é a complementação de dons, fortalecendo o trabalho de construção do Reino de Deus".

A pastora luterana Haidi Jarschel, que trabalha na região do ABC paulista, afirma que já ouviu lideranças leigas dizerem que o ministério feminino traz mais democracia nas decisões das comunidades. Isso porque as mulheres preferem discutir as idéias antes de colocá-las em prática, o que nem sempre acontece com os pastores, onde é mais forte o papel da autoridade pastoral. Na sua opinião, com o ministério feminino "as mulheres da comunidade sentem-se mais valorizadas, pois começa-se a discutir o papel da mulher na Igreja e na sociedade". Outra contribuição importante "é que a maior parte das pastoras também tem uma militância fora da Igreja, em partidos políticos ou organizações populares. E tenta repassar suas experiências para as comunidades", conclui a pastora Haidi.

A TEOLOGIA DA MÃE DE JESUS

Há quem diga que a Teologia não passa de um brinquedo. Mais ou menos, um brinquedo de criança. Um brinquedo com palavras. Como todos os outros. Um brinquedo que dá prazer.

Um amigo alemão me disse que não. Ficou preocupado. A Teologia é uma ciência. A Teologia segue o método científico e tem objeto preciso. É uma coisa muito séria.

Veio um monge e entrou no debate. Olhou-me sorridente e me disse que a Teologia é oração. Como as Confissões de Agostinho. Como alguns escritos de Anselmo de Cantuária. Claro, oração. Não estão aí os exemplos de São João da Cruz e de Evelyn Underhill?

A mãe de Jesus começou a fazer Teologia cantando. Respondeu ao anúncio angélico com o Magnificat. Entretanto, não foi ela que inventou esse tipo de Teologia. Seu povo cantava a fé e fazia da confissão um salmo. O cristianismo nasceu no meio de cânticos. Maria, Isabel, os anjos e Simeão cantaram o nascimento de Cristo. E até antes da morte de Jesus seus amigos cantaram.

A igreja nasceu cantando. Nada melhor do que fazer Teologia em forma de canção. O Magnificat é uma das primeiras elaborações teológicas da igreja. Teologia em forma de canção. Em forma de canção, como um brinquedo. Um brinquedo cheio de alegria na presença do salvador. E era também uma coisa muito séria. Denotava o conhecimento de Deus — um saber. Nenhum de nós pretenderia tal conhecimento como o de Maria. Tratava-se de uma ciência divina.

A canção de Maria se transformou no tema de muitos e muitos livros de Teologia na melhor tradição germânica. Mas ninguém cantou essa Teologia erudita.

Maria continuou cantando a sua Teologia como, depois, os cristãos com “salmos, hinos e cânticos espirituais”.

O cântico de Maria foi também louvor e oração. Louvor e oração em forma de canção.

A Teologia de Maria era doxológica. Magnificava o Senhor.

E era histórica. Ligava-se ao “seu Servo Israel” e às promessas. Falava de Abraão e de sua semente, para sempre.

Seria, talvez, Teologia bíblica?



A TEOLOGIA DA MÃE DE JESUS

Ao mencionar a misericórdia de Deus para os que o temem, por todas as gerações, diríamos que ela fazia, por antecipação, uma Teologia apostólica?

Sim, talvez no meio do caminho. No processo. Teologia do Processo.

Sua Teologia era, certamente, revolucionária. Deus subverte a ordem da história. Derruba os poderosos de seus tronos. Dispersa os orgulhosos. Essa revolução vinha de Deus.

Maria transforma-se no próprio símbolo dessa revolução que subverte o sentido ordinário das coisas.

Mais do que isso. Deus toma partido. Enche os famintos com coisas boas. Despede os ricos e esvazia-lhes o bolso.

Teologia da Libertação?

Maria torna-se bem-aventurada. Gratia plena. Como nenhuma outra pessoa na narrativa bíblica. Ela é exaltada por Deus que contempla a sua humildade.

Ela é exaltada e é mulher. Nela Deus exalta a mulher. Chama a mulher. Faz da mulher sua ajudadora.

A igreja a chamou de Theotokos, Mater Dei

Nessa exaltação a mulher entra na vida de Deus. Para sempre.

Teologia Feminista?

Ao carregar em si o Cristo ela prefigura o sacerdócio. O poderoso engrandeceu-a. Ao aceitar a vocação divina, ela entra para a economia divina da salvação. Ao carregar em si o Cristo, ela é a sacerdotisa que transforma pelo poder do Espírito Santo (Epiclesis) o dom de Deus em dom para a salvação de todos. Ela carrega o Cristo para nós.

Maria, teóloga, é também sacerdotisa, pastora. É o modelo do ministério. É sinal e instrumento do poder libertador de Deus "para a nossa salvação".

Em liberdade.

Em paz.

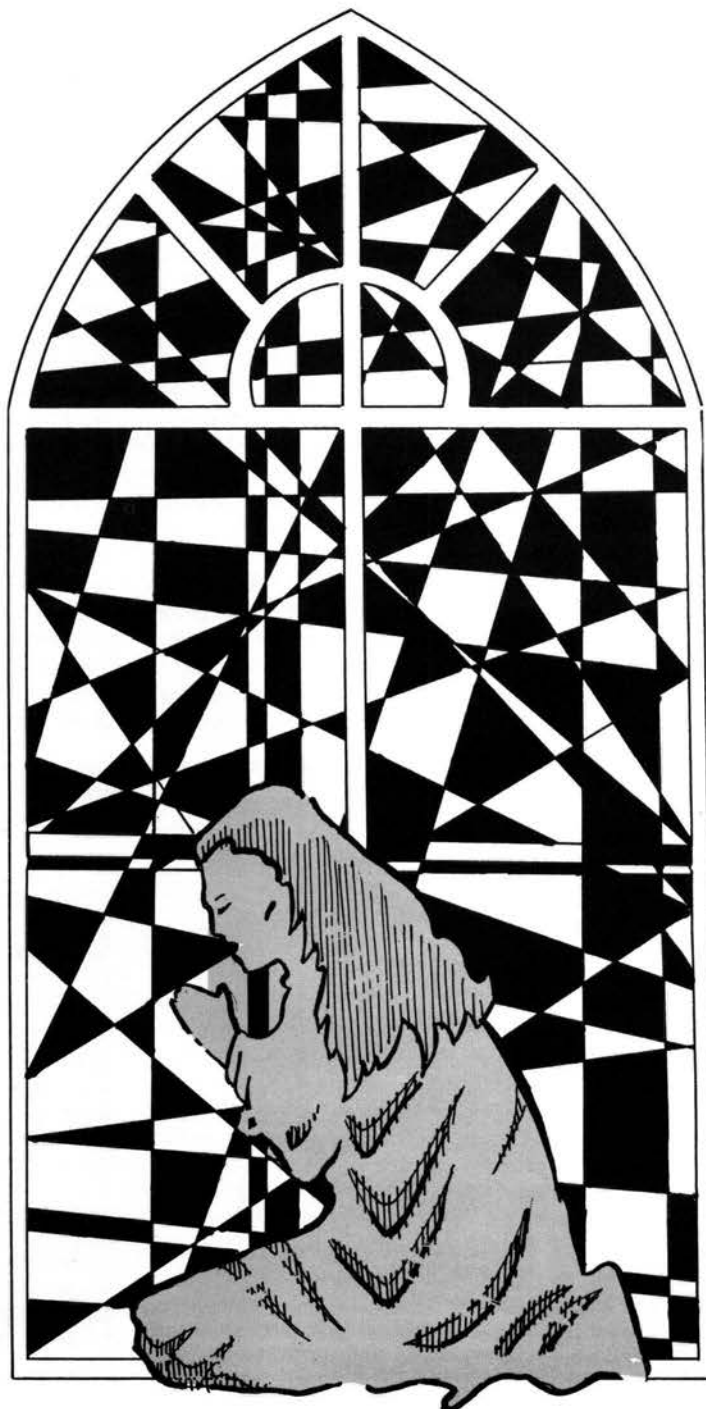
Em amor.

Enquanto teóloga, Maria responde a Deus em humildade. Como a teologia sempre deveria fazer. Ela responde à vocação de Deus no meio da história.

Em contexto.

No caminho.

Agora.



HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Mensagem do 1º Encontro de Pastoras da América Latina, promovido pelo Clai em setembro, na Argentina

Graças damos a Deus por cada um de vocês, membros do corpo de Cristo, que com suas orações nos têm sustentado neste desafio de reunirmos 85 pastoras do México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Porto Rico, República Dominicana, Cuba, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, das diversas famílias da fé — pentecostais, presbiterianas, luteranas, metodistas, anglicanas, menonitas, batistas, valdenses, discípulos de Cristo, reformadas e congregacionais, representando 230 pastoras de todo o continente, e com a presença de duas irmãs católico-romanas na qualidade de observadoras.

Armamos nossa tenda em José C. Paz, província de Buenos Aires, Argentina, entre os dias 19 a 25 de setembro de 1989, e começamos a tirar de nossas mochilas alegrias e dores, expectativas e dúvidas, buscas e esperanças. Em todo momento experimentamos

que o espírito da verdade e vida (Gn 2 e 3), hálito criador e dinamizador na história, sopra sobre nós com novas forças transformadoras.

Os rostos jovens cheios de sonhos, os rostos enrugados prematuramente pela luta cotidiana, os rostos das primeiras donas destas terras e as que chegaram de outros continentes, os rostos sorridentes e sérios se transformaram nestes dias com o sopro renovador da Palavra de Deus. Palavra reveladora de nossa dignidade de filhas e coparticipantes junto ao povo no caminho da libertação. Palavra de promessas feita realidade.

Entrelaçamos nossas histórias como mulheres, como filhas de Deus, como pastoras, como parte do povo. As fibras frágeis se entrecruzaram com as fortes e tecem assim um novo tecido: uma rede de fraternidade, apoio e compromisso entre nós, pastoras da América Latina.

Trabalhamos com alegria: celebrando o triunfo da vida em meio a situa-

ções de morte, guerra, violência, repressão, marginalização, racismo, etnocídio, individualismo, egoísmo, indiferença, desemprego, analfabetismo, falta de oportunidades, sexismo, opressão.

Trabalhamos com intensidade: interpretando este contexto onde a verdade está aprisionada pela injustiça — à luz da Palavra de salvação, que ilumina nossa ação e nos converte em proclamadoras da justiça de Deus como afirmação da vida. (Rm 8).

Trabalhamos para o futuro: isto é o que nos dá forças para enfrentar os poderes dominadores, sentido da vida em um continente marcado pela morte, esperança contra toda desesperança.

Trabalhamos comunitariamente: não estamos sozinhas! Nossa solidariedade nasce e se fundamenta no Deus Trino, solidário com nossas buscas, com nossos sonhos, com as lutas de nosso povo.

Que vossas orações continuem nos acompanhando nesta caminhada!

Que nossas ações comunitárias reconheçam a diversidade do ministério, abrindo assim espaços no qual o Espírito manifeste seus dons em cada uma de suas criaturas com plena liberdade!

Que a Paz nos chegue quando fazemos brotar a justiça!



O ESPELHO E A TRANSPARÊNCIA

Jaci Maraschin

Este livro nos faz refletir que a afirmação de nossa fé em Deus é o olhar para dentro dos nossos próprios olhos! É o olhar no espelho e dar de frente com nossos medos e esperanças.

O espelho e a transparência não é, então, um estudo teológico do credo da Igreja Cristã, nem pretende ensinar o sentido do credo ou do saber como é Deus... Mas é o ver refletido em nós mesmos a fé entoada a partir do nosso profundo ser humano.

Lendo, vamos descobrindo que a formulação de um credo só existe recuperando "o olhar para dentro"...

CEDI, 21x13,5 cm, 268 p., NCz\$ 63,00

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição, CEP 01238, São Paulo, SP, ou através de vale postal para a agência do correio 403911, Santa Cecília, São Paulo, SP

MUDANÇAS SÓCIO-RELIGIOSAS NO BRASIL

Seminário teológico-pastoral realizado em São Paulo apresenta reflexões e pistas para a ação das igrejas do Conic

De 30 de outubro a 2 de novembro realizou-se no Instituto Pio 11, de São Paulo, o seminário teológico-pastoral sobre "Igrejas e mudanças sócio-religiosas no Brasil", promovido pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) com a colaboração do Instituto de Estudos da Religião (Iser).

Este seminário continuou as pesquisas e reflexões anteriores sobre "Diversidade religiosa no Brasil", recolhidas em três fascículos (números 21, 22 e 23) dos cadernos do Iser. Nesses fascículos encontra-se uma descrição bastante completa sobre a realidade religiosa de nosso país e sobre as relações entre as igrejas históricas e as novas expressões religiosas, às vezes qualificadas de "seitas".

Por isso, o seminário não precisou voltar a esses temas e pôde dedicar-se à reflexão e à procura de pistas para a ação das igrejas. Essa reflexão se desenvolveu em três etapas: visão de conjunto das mudanças com duplo enfoque, sócio-histórico e sócio-antropológico; apresentação e discussão de critérios teológico-pastorais para a ação das igrejas; e procura de sugestões práticas para a ação pastoral.

Mudanças — Da visão de conjunto das mudanças foram apresentados dados sobre a evolução demográfica, o crescimento da alfabetização e da urbanização, o papel crescente da mulher na sociedade, o influxo dos meios de comunicação social e a crise econômica. Embora reconhecendo, no campo religioso, a importância desses fatores, frisou-se que nenhum deles isoladamente e nem sequer em conjunto explica, suficientemente, as mudanças acontecidas. Nem seria possível atualmente falar em categorias isoladas a respeito das diversas expressões religiosas porque todas elas estão inseridas no conjunto da sociedade contemporânea. Um dos traços mais característicos desta é o individualismo, que também se manifesta na tendência do consumismo. Para muitos dos participantes do seminário, alguns fenômenos religiosos atuais poderiam ser fruto da ideologia consumista e até as próprias igrejas poderiam sucumbir à tentação de querer simplesmente produzir expressões religiosas aceitáveis para a gran-

de massa. As igrejas se encontram, pois, ante o dilema de não manipular o sagrado, por um lado, e, por outro, de atender às necessidades do povo no campo religioso.

Do ponto de vista sócio-antropológico, foi sublinhado que as religiões, além de tentar explicar a realidade, como fazem também outros sistemas conceituais, criam sistemas de comportamento e se colocam como modelo para a mesma realidade, incluindo a lógica da relação do homem com a natureza. Daí os problemas que derivam das tendências secularizantes ou sacralizantes na sociedade. No momento atual, além do aparecimento dos novos movimentos religiosos, manifesta-se o fenômeno crescente de pessoas que pretendem ser fiéis à "religião" sem filiar-se a nenhuma religião, de modo especial dos que se proclamam cristãos sem aderir a nenhuma Igreja ou comunidade. Há aí uma manifestação do pluralismo religioso contemporâneo, mas esse pluralismo pode conduzir ao relativismo e ao descompromisso religioso, o que se manifestaria na explosão de tantas e tão diversas expressões religiosas.

Crítérios teológicos — Na discussão dos critérios teológico-pastorais a reflexão se deu em torno dos conceitos de evangelização e de diálogo. A evangelização foi compreendida mais como processo de inculturação, como a passagem da simples presença, que é solidariedade com as lutas pela libertação

Na organização das comunidades, deve-se evitar a massificação e o anonimato, como promoção de novas formas de vida comunitária



do povo, até o anúncio explícito da Boa Nova, inspirado pela busca sincera e não pelo desejo do poder. O diálogo apareceu como exigência do próprio ser cristão. Não podemos ficar nas atitudes de ignorância ou de simples condenação do "herético". Deus é dialógico. Não basta falar sobre pessoas de diversas convicções religiosas, mas é preciso falar com elas, num diálogo que não leve apenas à crítica mas também à autocritica e à conversão de ambas as partes. O diálogo produziria não só o mútuo conhecimento, mas também o mútuo enriquecimento. Deve-se sublinhar que a relação entre diálogo e evangelização está a exigir uma reflexão teológica mais aprofundada.

Sugestões pastorais — Na procura de sugestões práticas para a ação pastoral, foram apontadas as seguintes:

— Como condição básica, é necessário adotar uma atitude de diálogo, aprender a ouvir os outros, para conhe-

cê-los, escutar o que Deus tem a nos dizer neles e através deles.

— Essa atitude deve levar à procura do testemunho comum do amor libertador, que se traduz na busca da paz, da justiça e da integridade da criação. As igrejas, desse modo, poderiam ter melhor compreensão de si mesmas e dos outros também a partir da sociedade na qual é dado o testemunho. Por isso, o testemunho comum não visaria só uma relação entre igrejas e grupos religiosos, mas também uma relação entre cristãos e mundo onde vivem e trabalham.

— É necessário preparar para o diálogo e o testemunho não só os agentes oficiais da pastoral (padres, pastores, pastoras, religiosas etc.) mas também os membros das comunidades e a própria comunidade como um todo. Daí a necessidade da informação mais ampla possível, também com a criação de um banco de dados que ajude na compreensão das mudanças religiosas atuais.

— Programa mais completo de diálogo deveria incluir também o aprofundamento do patrimônio comum, o intercâmbio de riquezas humanas e espirituais, a tentativa de superação dos preconceitos e a educação das novas gerações.

— A evangelização deve ser encarada como serviço e não como meio de ganhar pessoas. As igrejas devem aceitar o autoconhecimento através da própria evangelização.

— Na organização das comunidades deveriam evitar a massificação e o anonimato, promovendo novas formas de vida comunitária. Desse modo as pessoas tomariam mais consciência da própria dignidade, o que lhes daria maior capacidade para o diálogo.

— A liturgia deve ser renovada de forma a alimentar efetivamente fé e vida dos fiéis na situação em que se encontram. Desse modo, as comunidades poderiam integrar, no momento histórico, seus anseios, assim como os desejos de participação dos indivíduos, incluindo a procura de apoio e compreensão.

— Deve-se difundir uma forma de leitura da Bíblia que ajude a reconhecer os caminhos de Deus hoje e a interpretar a situação histórica atual.

— É preciso prestar atenção às mudanças da sensibilidade religiosa e saber reformular certos modos de apresentar a fé cristã, que estão fortemente marcados pelas concepções de uma época que passou (por exemplo, superar a visão pessimista do pecado e da culpa, gerando medo e angústia, em busca de uma maior confiança e de uma justa exigência de consolo e paz na comunidade religiosa, face a uma vida marcada por muitas dificuldades).

Nem sempre será possível realizar todos esses pontos, em toda parte. Por isso, será necessário elaborar programas concretos de ação em cada Igreja e em cada comunidade, de acordo com a realidade respectiva.

É preciso prestar atenção às mudanças da sensibilidade religiosa e saber reformular certos modos de apresentar a fé cristã



Douglas Mansur



CHICO MENDES: Uma vida de lutas

Resgatando a trajetória do líder sindical e ecologista Chico Mendes, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a Central Única dos Trabalhadores publicaram, com o apoio do CEDI e outras entidades, o caderno especial *Chico Mendes*, que conta sua vida, suas lutas e propostas, através de uma entrevista inédita, dos programas que defendeu e de depoimentos daqueles que acompanharam sua caminhada.

36 páginas — NCz\$ 25,00

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Setor de Distribuição, Av. Higienópolis, 983 CEP 01238, São Paulo (SP) ou vale postal para a agência do correio 403911 (Santa Cecília, São Paulo)

INDIANÁPOLIS

DOIS MUNDOS, UMA MISSÃO

Igrejas e organismos ecumênicos das Américas se encontram nos Estados Unidos e estabelecem prioridades para trabalho conjunto

Zwinglio Mota Dias

Convocados pelo Departamento para América Latina e Caribe do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos, mais de 120 pessoas, provenientes de 24 países da América Latina, Caribe e Estados Unidos e representando 62 igrejas e organismos ecumênicos, reuniram-se na área de Indianápolis (EUA), entre os dias 9 e 15 de outubro de para avaliar o processo de cooperação inter-eclesial em curso em favor do desenvolvimento integral de nossos povos e delinear seus passos futuros.

Este processo teve início em 1986 em encontro semelhante realizado em São Paulo, quando representantes de igrejas, organizações ecumênicas e concílios regionais da América Latina e do Caribe reuniram-se com representantes de igrejas e agências de cooperação dos Estados Unidos e lançaram as bases para o desenvolvimento de uma nova compreensão do significado da missão da Igreja de Cristo no continente. Este esforço — que passou a ser conhecido como “processo de São Paulo”, numa alusão geográfica, mas também teológica (o grande apóstolo missionário) — tem como objetivo criar condições materiais, orgânicas e pastorais amplas, capazes de facilitar uma colaboração ecumênica que, de fato, quebre as barreiras tradicionais ajudando as igrejas e organismos ecumênicos envolvidos a colocarem seus recursos materiais e espirituais em comum para se transformarem num apoio concreto e eficiente aos esforços de libertação dos povos, tanto no Sul como no Norte.

Com base numa visão renovada da urgência de implementação de um verdadeiro compartilhar ecumênico no solo americano, o Encontro de Indianápolis fez um apelo por um compromisso maior das igrejas e organismos ecumênicos para trabalharem juntos a partir das seguintes prioridades:

“Incrementar processos pedagógicos tanto no Norte como no Sul para fazer avançar o entendimento das interconexões sócio-políticas, ideológicas e teológicas que afetam a vida dos povos no continente e, desta maneira, contribuir para o crescimento de novas formas de ser igreja que lutam também por um novo relacionamento entre nossos países;

fortalecer os canais já existentes e criar os necessários para uma plena participação de mulheres, povos indígenas, negros e jovens do Sul e do Norte, em todos os níveis do ‘processo de São Paulo’, incluindo os de decisão e programas; e

reforçar a solidariedade em favor da autodeterminação dos povos e em favor dos direitos humanos, em tanto direito dos povos, acompanhando especificamente as ações das igrejas e organismos ecumênicos que trabalham nesta linha”.

Indianápolis, com esses compromissos, significa um passo a mais no longo processo de busca da unidade cristã, no mundo protestante do continente americano. Suas propostas constituem um desafio para as grandes denominações norte-americanas — avassaladas pelos movimentos conservadores, sectários, fundamentalistas e carismáticos



Capa do documento *Dois mundos e uma só missão*

— buscarem na cooperação ecumênica e na implementação de projetos e programas coletivos formas de novo compromisso histórico que as renove enquanto igrejas e as coloque como uma força viva em favor da justiça e da paz no continente. Ao mesmo tempo também são desafiadas as igrejas e organismos ecumênicos latinos e caribenhos a redescobrir seus papéis como agentes de transformação num processo solidário com os irmãos e irmãs no Norte.

Zwinglio M. Dias é teólogo, pastor da Igreja Presbiteriana Unida e secretário-geral do CEDI.

EL SALVADOR

CORRENTE DE ESPERANÇA

Delegação de brasileiras esteve em El Salvador em julho, reforçando a Corrente de Esperança Maria Cristina Gomez, batista morta pelo esquadrão

A delegação brasileira foi o oitavo elo da Corrente de Esperança Maria Cristina Gomez, realizada em El Salvador em julho como resposta ao assassinato da professora batista assassinada pelo esquadrão da morte dois meses antes (veja box). Instituída pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), Federação Luterana Mundial (FLM) e Conselho Mundial de Igrejas (CMI), esta corrente contou antes com a visita de delegações do Equador, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, países escandinavos, México, Panamá, Costa Rica, Alemanha, Holanda, Argentina e Paraguai.

A delegação brasileira foi composta por seis mulheres: Anita Wright, da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, de Vitória; Evanir Rodrigues, da Igreja Metodista, de São Paulo; Noeli Santos, da Igreja Episcopal do Brasil, de Brasília; Sibyla Baesche, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana

no Brasil, de Cuiabá; e Sílvia Schunemann, do CMI, do Rio de Janeiro.

As brasileiras compartilharam experiências importantes com salvadorenses de diferentes igrejas que trabalhavam em defesa dos direitos humanos. Puderam constatar que os desejos de paz com justiça, mediante a resolução negociada do conflito entre governo e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional são as principais aspirações do povo salvadoreño, especialmente de suas organizações populares.

A delegação notou ainda um alto grau de conscientização, especialmente nos segmentos mais empobrecidos e oprimidos.

A visita da delegação brasileira ocorreu no início do governo de Alfredo Cristiani, da Arena (Aliança Republicana Nacionalista), depois do assassinato do recém-empossado ministro Rodrigues Porch. Nos primeiros quinze dias deste novo governo, organizações

humanitárias registraram a média de duas prisões por dia, além de confrontos armados e explosões de bombas. A CDHES, organização não governamental de direitos humanos, registrou 152 assassinatos, 74 detenções e onze desaparecimentos na luta pela paz com justiça.

Soldados adolescentes e recrutamento forçado. Este é um outro motivo da urgência na obtenção da solução negociada do conflito, pois as vítimas são jovens pobres a partir de quatorze anos de idade, apanhados pelo exército nas escolas, nas praias ou nas ruas, sem aviso à família. Este fato acontece a cada quinze dias, para completar o contingente de efetivos para o combate à FMLN. Após uma doutrinação e treinamento relâmpago, conforme a necessidade das Forças Armadas, jovens são enviados para a Frente de Batalha, onde morrem com facilidade devido ao despreparo. Poucos são os que conseguem ser retirados a tempo do contingente militar, pela ação das igrejas e outros órgãos humanitários. Alguns desertam, mas correm o risco de serem recapturados. Há casos de assassinato de desertores.

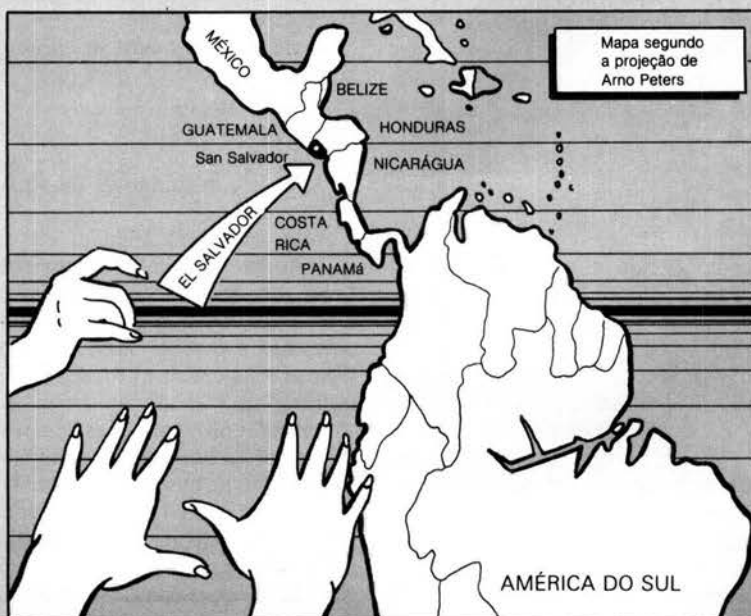
O PAÍS

Menor país da América Central, El Salvador é o que apresenta a mais alta densidade populacional. Mede 21.041 km². A população, em 1986, data do último recenseamento, era de 4,91 milhões. O nome oficial é República de El Salvador. A capital, San Salvador.

O café é o principal produto nas terras altas, onde também são cultivados milho, feijão e arroz. Nas áreas do Oceano Pacífico, mais quentes, cultiva-se cana-de-açúcar. Faz divisas com Honduras e Guatemala.

Os salvadorenses são resultado da mestiçagem dos colonizadores espanhóis com a população indígena local. O espanhol é o idioma oficial e predominante. Grupos indígenas minoritários, no entanto, preservam a cultura nativa e falam o *nahuatl*.

El Salvador tem dez partidos políticos. Os principais são: Partido Demócrata Cristão, Aliança Renovadora Nacional, Partido de Conciliação Nacional. A guerrilha está agrupada na Frente Democrática Revolucionária (FDR) — originada de duas grandes tendências: a Frente Democrática, composta de diversos movimentos, e a Coordenação Revolucionária de Massas, formada por quatro grandes frentes — e na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que congrega cinco organizações político-militares. Essas duas frentes reúnem cerca de vinte grupos.



BATISTA, MÁRTIR, MULHER

Maria Cristina Gomez, inspiradora desta corrente de esperança, é mais uma entre tantos mártires da guerra salvadorenha. Foi brutalmente assassinada no dia 5 de abril deste ano, ao sair da escola onde trabalhava. Levada à força por integrantes do "esquadrão da morte" — que também em El Salvador age impunemente, com conivência do governo — foi encontrada uma hora depois, próxima a um cemitério de San Salvador, cravada por balas.

Além dos sinais de tortura em seu rosto, Maria Cristina tinha nos peitos e nos braços queimaduras

provocadas por ácido. Seu assassinato foi um "aviso" a todas as organizações que trabalham com os marginalizados — camponeses, viúvas e crianças, órfãos da guerra que já se arrasta há dez anos.

Maria Cristina Gomez era participante ativa da Igreja Batista, de entidades de professores (como a Andes 21 de Junho) e de mulheres (pertenciam à Coordenadoria Nacional das Mulheres Salvadorenhas).

Maria Cristina deixou órfãos mais seis pequenas grandes vítimas da guerra: Nancy, Nelson, Ely, Norberto, Salvador e Eunice.

Um aspecto deprimente adicional no recrutamento forçado é que alguns jovens, não tendo outra perspectiva de emprego, ou levados a pensar que assim servem à pátria, decidem ficar no exército salvadorenho, o que os leva rápido à morte ou a matar seus irmãos integrantes da FMLN.

Na semana da visita, a delegação acompanhou outros sérios problemas em El Salvador. Um dos mais graves: o dos refugiados reassentados. A condição de vida dos reassentados é precária em todos os sentidos. O governo tenta dificultar e reprimir ao máximo o retorno dos refugiados e camponeses aos seus lugares de origem, acusando-os de colaboradores da FMLN.

A delegação visitou também duas

guarderías (orfanatos/creches) para as crianças órfãs de guerra: a Fé y Esperanza, da IECLB, e o Centro de Convivência Infantil (Ceconvi), da Igreja Batista. A Igreja Episcopal tem um trabalho de centros de convivência espiritual para mulheres viúvas, em sua maioria camponesas *desplazadas*, ou seja, mulheres do campo que tiveram seus filhos mortos pelos soldados e que agora estão na capital à procura de segurança, trabalho e abrigo.

A Igreja Católica, através das comunidades de base, também está presente e ativa nas comunidades marginais. Uma das igrejas visitadas é encarregada de quatro creches, uma marcenaria, trabalhos de artesanato feitos por grupos de jovens e mulheres.

Há a Coordenadoria Eclética de Serviço e Ajuda Humanitária de El Salvador (Diaconia), que engloba quatro igrejas, uma fundação cristã e uma federação de cooperativas com objetivo de promover a população salvadorenha. As igrejas são Luterana, Episcopal, Batista e Católica. Ecumenismo e paz são aspirações que chamaram a atenção e emocionaram as mulheres brasileiras.

O ecumenismo é o principal elemento para a paz, diz dom Medardo Gómez, bispo da Igreja Luterana. "A igreja deve dar seu testemunho para constituir-se em um agente para a paz. A Igreja, como servidora, é o ponto de partida do ecumenismo, pois só assim se cumprirá a missão do filho de Deus. O filho do homem não veio para ser servido mas para servir" (Mt 20,28).

A Igreja Episcopal tem um programa diocesano; é um programa médico-popular que compreende o médico curativo e o educativo. O médico atende casos mais graves e prepara líderes para cuidar da saúde, nas comunidades *Credho*. *Credho* quer dizer "Conscientização, recuperação espiritual do homem".

O povo salvadorenho necessita de apoio através de uma campanha de telegramas, cartas e ação diplomática junto ao governo, a fim de que negocie a paz com a FMLN. Correspondências devem ser encaminhadas para o seguinte endereço:

Exmo. Sr. Alfredo Cristiani
Presidente da República de El Salvador
Casa Presidencial de San Salvador
El Salvador, América Central
telex: 373-20522 Press AL

IGREJA É PERSEGUIDA

A guerra civil em El Salvador já matou mais de 80 mil pessoas em dez anos. Seis dessas mortes chamaram particularmente a atenção do mundo, no final de novembro, e refletem o estado de desgoverno e de impunidade no menor país da América Central. Seis padres jesuítas foram massacrados na madrugada do dia 16 pelo esquadrão da morte do exército salvadorenho. Entre eles está o reitor da Universidade Centro-Americana de San Salvador, Ignacio Ellacuría. Todos eram pacifistas.

O massacre teve no mundo toda repercussão parecida com a do assassinato de dom Oscar Romero, arcebispo de San Salvador. O Conselho Nacional dos Jesuítas na Nicarágua assim se manifestou em comunicado: "O bárbaro assassinato destes homens, dedicados por muitos anos ao seguimento de Jesus Cristo em favor da justiça e da paz em El Salvador, é um grito que deverá alertar a comunidade internacional sobre o terrível bombardeio que está sofrendo o povo salvadorenho por parte de um governo e de um exército que não aceitam sequer uma trégua para socorrer mortos e feridos".

Papa — O papa João Paulo 2º lamentou o massacre. Em telegrama ao arcebispo de San Salvador, dom Arturo Rivera y Damas:

"Ao expressar mais uma vez minha enérgica reprovação por ações contra a vida das pessoas, renovo meu urgente apelo à responsabilidade e à concórdia, ao mesmo tempo que faço votos para que o sacrifício dos religiosos assassinados leve a todos a rejeitarem a violência e a respeitarem a vida dos irmãos, para assim conseguir frutos de paz e reconciliação nesse país sofredor".

Documento de líderes religiosos dos Estados Unidos, datado do início de dezembro, também repudia a "campanha deliberada e calculada das forças governamentais em El Salvador, para intimidar e perseguir as igrejas naquele país". Ameaçados pela onda de perseguição a religiosos, líderes de várias igrejas deixaram o país.

Avanço — A guerra parece não ter fim. Por ocasião da morte dos jesuítas, ela ficou mais violenta. Nesses dias, a guerrilha, que domina especialmente o campo, avançou e tomou parte da capital salvadorenha. No confronto com o exército, em pouco mais de uma semana, mais de 2 mil pessoas foram mortas. A ofensiva aconteceu às vésperas de outro encontro entre as comissões de diálogo da FMLN e governo. O principal financiador da guerra são os Estados Unidos, que também treina o exército salvadorenho.

NA RESISTÊNCIA DAS PARTEIRAS

Nancy Cardoso Pereira

São tantas as mulheres e crianças na Bíblia. São tantas e sempre tão doloridas e esperançosas...

Como não ouvir por todo o texto sagrado o gemido de dor e prazer das grávidas e das estéréis, virgens e viúvas, amadas e desprezadas, esposas e prostitutas, trabalhadoras e profetizas, jovens e velhas, livres e escravizadas, adúlteras e apaixonadas, desejadas e esquarterjadas?

Como não ouvir por todo o texto sagrado a risada e o choro dos meninos e meninas, crianças esperadas e desesperadas, famintas e alimentadas, doentes e ressuscitadas, herdeiras e escravizadas, protegidas e sacrificadas, desprezadas e abençoadas?

Como não ouvir a incontável voz das que não eram contadas?

Como tem sido possível durante tanto tempo de pesquisa e reflexão manter em silêncio as falas sobre Deus e a vida de mulheres e crianças?

Como foi possível fazer calar a memória das mulheres e dos pequeninos tão sofridos e sofregamente agarrados aos textos bíblicos?

Como foi possível gerar métodos e procedimentos que fizeram da Bíblia a imagem e semelhança do domínio masculino?

Como foi possível homogeneizar vozes... vozerios... numa voz única, científica e dogmática? Como foi possível incorporar no método de estudo a artimanha hermenêutica exclusivista dos "5 mil homens fora mulheres e crianças?"

É que a Bíblia foi roubada do povo, das comunidades.

Prisioneira nos púlpitos e nas faculdades de teologia, a Bíblia foi transformada num monólogo entre Deus e o homem: o pai, o senhor, o rei, o sacerdote, o guerreiro, o velho. E, por osmose, os atributos de quem lia e controlava a reflexão acabaram sendo incorporados à compreensão de Deus, que passou a ser exclusivamente homem: Pai, Senhor, Rei, Senhor dos Exércitos, Juiz e... Velho! Longe e dis-

tante. Abstrato e generalizado demais para habitar entre nós.

É na leitura comunitária que os pobres vêm fazendo da Bíblia, a partir de sua realidade, de suas condições de vida e luta, que exigências novas vêm se colocando para a leitura e interpretação da Bíblia.

Libertadas dos púlpitos e das faculdades de teologia, as muitas vozes dos textos bíblicos pedem para ser ouvidas e se atualizam na vida e na militância das muitas vozes das comunidades, das periferias.

Quem tem ouvidos para ouvir? Quem tem olhos para ver?

Já não basta afirmar o pobre como raiz da dinâmica de interpretação. É preciso datar e sexuar a voz que se ergue e fala de Deus. Porque não se trata mais de uma especulação ou teoria... mas de uma reflexão que se er-

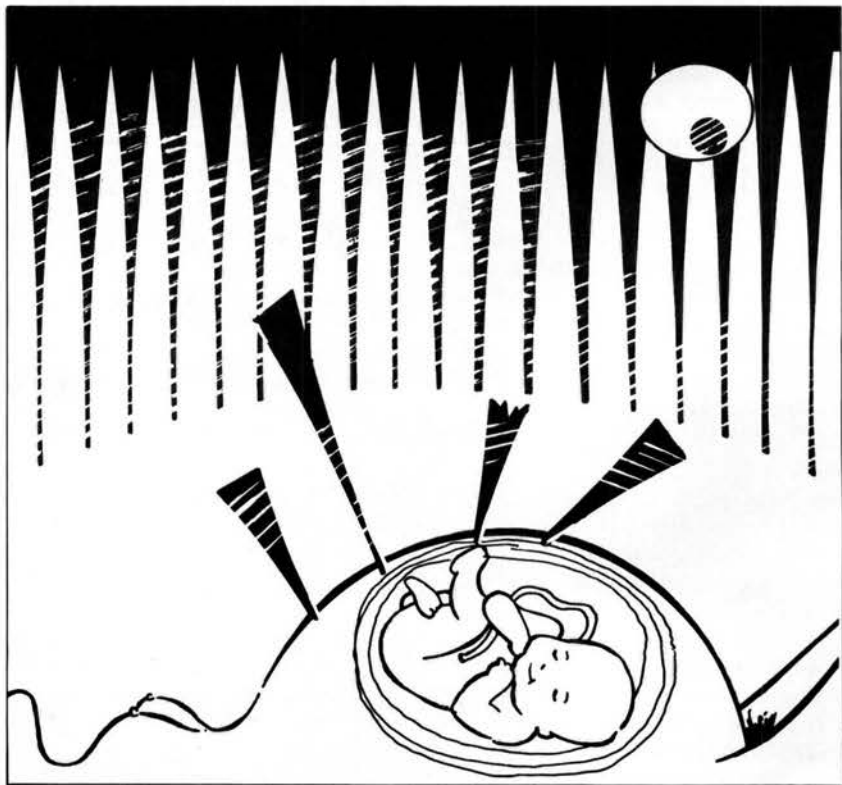
gue a partir do corpo e suas materialidades e relações.

Gostaria de propor algumas aproximações. Gostaria de trabalhar com contrastes e limites. Confrontar começos e fins, totalidades e singularidades, êxodos e evangelhos, faraós e governadores, úteros e espadas, serpentes e dragões!

Gosto de pensar nestes confrontos como dinâmicas que mantêm a tensão e o movimento de todo o texto bíblico, de capa a capa: Gênesis e Apocalipse.

Na "história dos começos", o texto nos apresenta a mulher grávida, multiplicada de dores. Aqui a maternidade, violentada, passa a ser castigo. Rompida a solidariedade do Jardim entre *Deus-homem-mulher-natureza*, as estruturas de pecado se estabelecem tornando o trabalho reprodutivo um sofrimento; fazendo do trabalho produtivo na terra uma fadiga (Gn 3,1-19). Igualados nas dores do trabalho, mas hierarquizados na distribuição do poder: o pecado privilegia o homem e estabelece o seu governo sobre a mulher.

A narrativa de Gênesis 3 abre a reflexão: o que experimentamos hoje como organização da vida e das relações não é imutável, não é definitivo. Não precisa ser assim. E nas narrativas e poemas o desejo governado e dominado da mulher vai tecer suas resistências e propor alternativas. Súplicas e lamentos. Dores de parto.



Na “história dos começos do fim” — o Apocalipse — a Bíblia nos convida de novo ao confronto com a mulher. A mulher está grávida e enfrenta o dragão, grita com as dores de parto, grávida de injustiça e de um novo céu e uma nova terra. Aqui a maternidade re-significada é libertação (Ap 12,1-6)!

O texto bíblico insiste no tema. O texto insiste em dirigir nossos olhos para o útero da mulher. De novo a tensão entre poderes e relações. A imagem da mulher não encobre nem tenta englobar também a do menino. As dores da mulher, sua resistência apocalíptica, são dores de deixar viver menino. Mulher e criança são reserva de sentido, alternativa de organização contra o dragão-Império.

A mulher tem seu filho sob perseguição e foge para o deserto. Mulher e deserto. Mulher e terra. Perseguida, a mulher é engolida pela terra, que a esconde e protege. Aqui, a terra não é mais causadora da fadiga e do sofrimento. Cúmplice da mulher, a terra é também lugar de gestação e resistência.

Tempo de espera... tudo está em aberto. A mudança é possível. Aguarda-se o reinado do menino “que há de reger todas as nações...” (Ap 1,5).

A mesma tensão e confronto se encontram nas margens internas do texto bíblico, nos limites fundantes: Êxodo e Evangelho. As narrativas do êxodo não se contentam em descrever a

situação geral do povo, mas descrevem com detalhes o trabalho explorado nas construções e no campo, as humilhações e os castigos. Mas é preciso ser mais exato. A dominação do Império não se dá somente em relação ao trabalho produtivo de homens e mulheres. O Faraó vai se preocupar em especial em vencer mulheres e crianças.

O texto das parteiras aglutina em torno de si informações precisas sobre a situação da mulher e da criança. O Império teme o útero das mulheres porque precisa ações que restrinjam e

controlem as utopias e alternativas libertadoras.

O Estado se pressupõe dono do trabalho, dono do corpo que trabalha e dono dos processos de trabalho e corpo.

Na resistência das parteiras o Estado não encontram somente um obstáculo. Mais do que questionar uma ordem, a resistência dessas mulheres coloca em suspenso todas as pressuposições do Estado usurpador.

A resistência das mulheres do povo é surpreendente: escondidas e vigorosas elas não permitem o domínio do Império sobre seu desejo, nem o governo sobre seus corpos.

O rei teme a barriga grávida da mulher do povo porque é lugar de gestação de libertadores. O rei precisa violentar mulheres e crianças para que alternativas não insistam em nascer.

É um temor parecido com o de Herodes.

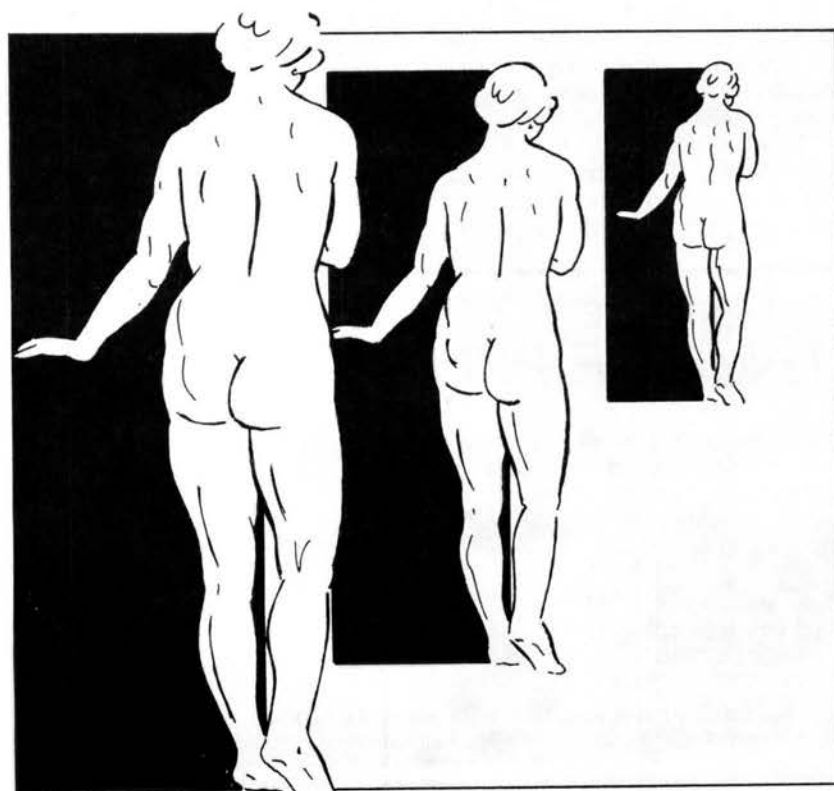
O evangelista Mateus faz questão de aproximar êxodo dos dias do rei Herodes. Mesmo que não seja possível confirmar historicamente o assassinato sistemático de meninos promovido pelo governador da Judéia, o importante é perceber a aproximação cuidadosa feita pela narrativa de Mateus (Mt 2,16-18)

Falando de seu tempo, Mateus evoca a situação de exploração e submissão do povo do Egito sob domínio do Faraó. E, para ser mais concreto, relata a violência do Estado contra mulheres e crianças.

Herodes teme cada menino porque cada um deles pode ser o Messias. Herodes teme na barriga das mulheres a memória revolucionária do povo que espera e espera o Messias. Herodes teme os meninos porque eles são porta-



ALFER -



ALFER -

dores de palavra profética, de utopia libertadora (Is 9,6). Herodes teme o que pode vir do útero das mulheres da Judéia: é preciso impedir que aquela estrela teimosa insista em riscar os céus da periferia anunciando na maternidade da mulher e no choro da criança a presença definitiva, solidária e justiceira de Deus entre nós. Para o Estado, é preciso que Deus esteja longe ou totalmente identificado na figura masculina que detém o poder. É, de novo, a luta da serpente e do dragão contra a mulher e a criança.

Mateus vai narrar o choro das mulheres pelos filhos assassinados. Recupera o choro de Raquel (Jr 31,15): choro sentido e sem consolo da desgraça que significou o Império em Israel. É a memória do lamento das mulheres falando de Deus e denunciando os poderes em forma de oração.

Esta solidariedade sofrida e esperançosa percorre toda a Bíblia: Deus-mulher-criança. Porque são elas que ficaram de fora, submetidas e governadas nas estruturas e relações do domínio masculino.

Êxodos e evangelhos!
Gênesis e apocalipses!
Faraós e governadores!
Serpentes e dragões!

Naqueles dias, quando o Verbo se fez Corpo e engravidou a história — enquanto os homens se trancavam nas sinagogas e no templo, no Sinédrio e nos palácios; enquanto os homens se trancavam na Lei e na tradição; se esbarravam nas interpretações e nos costumes — excluídas de todos os lugares oficiais de poder e discriminadas na lei e na tradição, Isabel e Maria se encontravam. As duas, grávidas de Deus.

Só elas poderiam compreender e experimentar Deus no corpo e na margem.

Excluídas das interpretações e falas oficiais, Maria e Isabel experimentavam Deus na barriga e sabiam que o corpo é feixe de políticas, desejos, trabalhos, comidas, culturas e orações. Sabiam que no corpo da mulher é que se travava a antiga e sempre urgente luta entre as estruturas de pecado e as intervenções libertadoras de Deus.

É a partir de seu corpo grávido de Messias que Maria articula sua fala de mulher: cantando o desafio aos faraós e governadores. Entoando o confronto com as serpentes e dragões: "A minha alma engrandece ao Senhor e o meu Espírito se alegrou em Deus, meu Salvador, porque ele contemplou na humildade da sua serva. Pois desde agora todas as gerações me considerarão bem-aventurada, porque o poderoso me fez grandes coisas. Santo é o seu nome. A sua misericórdia vai de geração em geração sobre os que o temem. Agiu com seu braço valorosamente, dispersou os que no coração alimentavam pensamentos soberbos. Derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos..." (Lc 2,46ss).

Ainda hoje experimentamos a violência sistemática do Estado contra mulheres e crianças reforçando o domínio do homem e suas instituições (exército, empresa, universidade, poderes judiciário-executivo-legislativo, igreja etc.).

Conhecemos também a relutância e lentidão de muitos companheiros e irmãos em aceitarem a especificidade da luta e reflexão da mulher e da criança, preferindo discursos e práticas generalizadoras e simpáticas, mas não transformadoras.

Experimentamos, também hoje, a luta solidária de mulheres e crianças por novas relações de poder, de trabalho e de amor. Luta que se expressa

nas diversas organizações e associações de bairro, pastoral, sindicais, políticas e culturais.

Respiramos as exigências e urgências de transformações profundas e radicais na sociedade brasileira. Vivemos de tempos de escolhas e possibilidades de mudança.

Vivemos a possibilidade de construir um novo projeto político que garanta condições dignas de vida para todos. Reconhecemos que, para tanto, um governo democrático e popular, participativo e comprometido com as necessidades concretas dos excluídos terá que inverter prioridades, privilegiar a multidão dos pobres e trabalhadores que vêm sendo sistematicamente espoliados durante anos pelos governos que se sustentam nas armas, na corrupção e na violência.

Mas é preciso ser mais concreto. É preciso exigir de um governo que se comprometa com as causas populares que reconheça nas organizações e reivindicações dos movimentos de mulheres e crianças alternativas e possibilidades de construção de relações justas e fraternas.

Exigir prioridade a mulheres e crianças não significa recurso retórico ou concessão, mas o reconhecimento de que sem participação, reflexão e autodeterminação de mulheres e crianças nenhum governo trará novidade ou conseguirá estabelecer justiça.

Articular políticas e práticas sociais que incluam ativamente mulheres e crianças significa compreender o poder como provisório e sempre carente de renovações. E são as crianças que sempre nos deixarão — homens e mulheres — grávidos de transformações.

Nancy Cardoso Pereira é pastora da Igreja Metodista.



LEIA E ASSINE TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação mensal voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual: NCz\$ 100,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 120,00
Exterior: US\$ 30

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

PISTAS PARA SUPERAR RELAÇÕES DESIGUAIS

O PROBLEMA NÃO ESTÁ NA MULHER

Moema Viezzer

Cortez, São Paulo, 1989, 174 páginas, 14x21 cm



“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A frase clássica de Simone de Beauvoir também vale para caracterizar o mais recente livro de Moema Viezzer: “natural” é somente a diferença biológica entre homens e mulheres; a teoria patriarcal da subordinação da mulher por ser ela o sexo frágil/inferior é um mito, se bem que de milenária tradição e defendido até pelos pensadores mais lúcidos da humanidade. Realmente, o problema não está na mulher...

Mas o que é que nós, mulheres, podemos fazer para superar a subordinação? Onde se situa o feminismo hoje no mundo, na América Latina, no Brasil? E o que é feminismo? Este amplo espectro é abordado nas 162 páginas do livro para o qual Benedita da Silva escreveu o prefácio.

O livro, baseado na dissertação de Moema, começa com uma reflexão sobre os esforços de organização de mulheres, desde unidades locais até redes internacionais, sempre na busca de desenvolver o feminismo tanto como teoria quanto como prática política de transformação social.

O primeiro capítulo traz um autorretrato — que chega a ser emocionante — de mulheres que participam de clubes de mães em São Paulo. Os depoimentos mostram como estas mulheres, através de lutas no bairro, chegaram a participação política mais ampla e a nova percepção do que significa ser mulher.

O exemplo escolhido — clubes de mães, desprezados por muitos, inclusive militantes dos movimentos sociais, por acharem que são uma simples extensão do lar e nem representam uma classe — mostra que a mulher da periferia faz sua caminhada, e com resultados alentadores. Faz compreender também como é importante tornar visível

o invisível trabalho de reprodução dentro das quatro paredes ao qual a mulher foi confinada: o privado precisa ser convertido em política, como se diz num dos capítulos.

Às entrevistas e à análise do levantamento feito entre 94 clubes de mães paulistas segue uma síntese da caminhada e da situação atual do movimento feminista. Apesar de breve, esta parte dá uma visão bastante completa do rumo que o movimento tomou desde a proclamação da Década da Mulher pela ONU, em 1975, quais os principais desafios e a situação atual no Brasil e na América Latina.

A segunda parte do livro trata das relações sociais de gênero. A autora apresenta este instrumento analítico por considerá-lo especialmente válido para o trabalho feminista, sendo que o conceito de classes marxista chega aos seus limites aplicado à questão da mulher porque esta é oprimida seja qual for a classe à qual pertence.

Por outro lado, o conceito do chamado “feminismo radical” que relaciona a opressão da mulher unicamente com a diferença biológica, reduz, como diz a autora, “a uma só dimensão a am-

pla questão da subordinação da mulher”.

Se o feminismo é uma perspectiva política de transformação, onde ele se situa ante um sistema capitalista que, embora com sinais de decadência, se mantém no poder em todo mundo, envolvendo militarismo, violência, sexismo, racismo? A “subversão da outra metade” não terminará na guerra contra os homens: o objetivo é a superação das relações desiguais entre os gêneros, chegando a “reciprocidade”. Sinais disso já existem e a autora dá primeiras pistas de como esta atitude, que não é apenas racional mas radicada na área afetiva, pode ser desenvolvida.

Coloca-se ainda a pergunta se é possível a luta comum das mulheres de todas as classes. A resposta é não. Embora exista cooperação, ela tem seus limites (experiência também expressa nas entrevistas). A grande ênfase está no feminismo popular.

Justamente por dar pistas novas, nem sempre aprofundadas, o livro incentiva à reflexão. Uma leitura recomendável, não somente para mulheres, como também para machos (até para os esclarecidos!...).

Lançamentos

MULHER E HOMEM: IMAGEM DE DEUS

Texto-base da Campanha da Fraternidade 1990, CNBB, 126 páginas

A Campanha da Fraternidade do próximo ano, cujo tema é *A fraternidade e a mulher*, pretende conscientizar que homens e mulheres são imagens de Deus e que Deus entregou sua criação a ambos. O texto-base traz reflexões, análises e dados sobre a presença da mulher no trabalho, na educação, na cultura, na arte, na política, nos meios de comunicação e nas igrejas.

MULHERES: A POLÍTICA DO COTIDIANO

Número especial de Proposta, publicação da Fase, 70 páginas, Rio de Janeiro, set/89

A revista *Proposta*, da Fase, dedica seu número de setembro à reflexão sobre a participação da mulher na política do dia-a-dia. Traz artigos de feministas, pesquisadoras e educadora e trechos da Nova Constituição com os direitos conquistados



IDENTIDADE, PODER, SEXUALIDADE

